

SÃO PAULO ÁPICE DE UMA CAMPANHA SEM LIMITES, A CADEIRADA DE JOSÉ LUIZ DATENA DEMOLE O REINADO DE PABLO MARÇAL NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

ENERGIA DESDE A LIBERALIZAÇÃO DOS ANOS FHC, O SISTEMA ELÉTRICO OPERA NO LIMITE DO RISCO: A PROVÁVEL RETOMADA DO HORÁRIO DE VERÃO É SÓ UM PALIATIVO

CartaCapital

CartaCapital

30
ANOS

PAÍS EM CHAMAS

O **BRASIL** É REFÉM DO CRIME E DA GANÂNCIA



cartacapital.com.br

ANC XXXX Nº 1329
R\$ 31,00
25 DE SETEMBRO DE 2024



basset
cursos



[/minsaude](#)

[/ministeriodasaude](#)

[/MinSaudeBR](#)



Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS

A família Bona aceitou
conversar com os profissionais de
saúde sobre a Doação de Órgãos.

Entre em nosso grupo no Telegram

Converse com sua família
e seja um doador

Saiba mais em
gov.br/doeorgaos



Doação de órgãos.

Precisamos
falar

SIM



Um dia, a sua família pode ser doadora de órgãos ou precisar de um doador. E conversar sobre o tema é a melhor maneira de quebrar barreiras, vencer preconceitos e conhecer o desejo de cada um.

BRASIL BEM
CUIDADO



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

GOVÃO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CLUBE DE

REVISTAS



Entre em nosso grupo no Telegram t.me/clubederevistas

Clique aqui!

Tenha acesso as principais revistas do Brasil de forma gratuita!

6ª SEMANA

Seu País

20 CONGRESSO Gilberto Kassab atrapalha os planos de Arthur Lira e Valdemar Costa Neto

24 SÃO PAULO Pela primeira vez, Pablo Marçal perde o reboado nas redes sociais

26 CRÔNICA Os debates eleitorais paulistanos me fazem lembrar dos jogos de várzea, onde tudo se resolvia no braço

28 OBSERVATÓRIO Continua aberta a vaga de herdeiro do bolsonarismo

30 PEDRO SERRANO

31 MARIA RITA KEHL

32 OPINIÃO Por que a Meta insiste em silenciar a Lex?

Economia

34 PRIVATIZAÇÕES O freio na venda de estatais beneficia os consumidores

36 EMPREENDEDORISMO

A Sana, maior feira *geek* do Nordeste, aposta na inclusão social

38 DESENVOLVIMENTO Uma comparação entre Ernesto Geisel e Lula

40 INTERNET Os cuidados para escapar de fraudes e golpes financeiros

Nosso Mundo

42 EUA Por pouco Trump não vira alvo de um novo atentado

44 FRANÇA O drama de Gisèle Pélicot mudará a cobertura da mídia em casos de abuso sexual?

46 IMPÉRIO Começa o processo que irá definir o futuro do conglomerado de Rupert Murdoch

Capa: Pilar Velloso.
Foto: iStockphoto

Routh declara-se um trumpista arrependido. Pág. 42



8 O BRASIL EM CHAMAS
A SOCIEDADE ESTÁ DE MÃOS ATADAS DIANTE DO CRIME, DA GANÂNCIA E DOS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Plural
48

NO DIVÃ
FELIPE NETO FALA DO NOVO LIVRO, DE POLÍTICA, DOS NEGÓCIOS E DE OUTROS ASSUNTOS

52 THE OBSERVER Isabelle Huppert, força da natureza **55 RESENHA** Notas Ordinárias, de Christina Sharpe **56 AFONSIÑO** 57 SAÚDE por Riad Younes **58 Charge** por Venes Caitano

A Semana

Desigualdade salarial

A diferença dos rendimentos de homens e mulheres aumentou desde o início do ano, informou o Ministério do Trabalho. Em média, as trabalhadoras recebem 20,7% menos. O percentual até março era de 19,4%. A discrepância é maior nos cargos de direção e gerência, nos quais a defasagem chega a 27%. E a situação piora no caso das negras (49,75% a menos em relação aos salários dos homens não negros). O levantamento do ministério abrange um universo de 18 milhões de trabalhadores em cerca de 51 mil estabelecimentos com cem ou mais empregados.

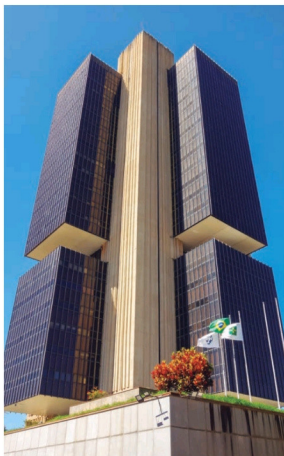
Juros/ Independente da realidade

Como o mercado "previa", o Banco Central eleva a taxa Selic

A reunião da diretoria do Banco Central na quarta-feira 17 não passou de mera formalidade, de um fim de tarde no almoxarifado. O aumento de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros, elevada ao patamar de 10,75% ao ano, havia sido decidida bem antes e em outras salas, longe de Brasília. Será particularmente interessante ler a ata do Comitê de Política Monetária para entender

o contorcionismo dos argumentos da instituição. Fora das mesas de operação do mercado financeiro, economistas independentes alertaram para a ausência de motivos, externos e internos, que justificassem o início de novo ciclo de alta da Selic. Fatores sazonais, associados às enchentes no Rio Grande do Sul e às recentes queimadas, não justificam a decisão. A inflação roça o teto da meta, mas faltam indícios de um descontro-

le dos preços a ponto de ameaçar a trajetória do índice. No mesmo dia, o Federal Reserve, congênere norte-americano, optou pelo caminho inverso. A taxa referencial caiu meio ponto percentual, para uma faixa entre 4,75% e 5%. "A recalibragem da nossa postura política ajudará a manter a força da economia e do mercado de trabalho e continuará a permitir mais progresso na inflação à medida que iniciamos o processo de mudança em direção a uma postura mais neutra", justificou o presidente do Fed, Jerome Powell. A escolha de Roberto Campos Neto e companhia alça o Brasil ao segundo lugar dos juros reais mais altos do planeta. Descontada a inflação, a taxa em Pindorama está em 7,33%. A campeã é a Rússia (9,05%), há dois anos metida em uma guerra com a Ucrânia e punida por sanções financeiras do Ocidente.



A direção do BC busca pelo ovo

25.9.24

Líbano/ Terrorismo sionista

Explosão de *paggers* deixa nove mortos. Israel nega a autoria

Dois atos terroristas dignos de filmes de 007 deixaram 12 mortos e quase três mil feridos, 400 em estado crítico, no Líbano. Em uma operação coordenada, *paggers* utilizados por integrantes do Hezbollah explodiram em sequência. No dia seguinte, *walkie-talkies* também colapsaram. No caso dos *paggers*, uma mensagem “falsa” ativou os

explosivos de menos de 50 gramas, implantados, tudo indica, por Israel, que nega a autoria do atentado, como de praxe. Os *paggers*, tecnologia antiga, pré-celulares, escolhida pelo grupo armado libanês para evitar a invasão de *hackers*, foram produzidos na Hungria. O Hezbollah havia adquirido 3 mil aparelhos da Gold Apollo, empresa intermediária sediada em Taiwan. Segundo testemunhas, as

explosões provocaram ferimentos nas mãos, cabeça e cintura das vítimas. Mojtaba Amani, embaixador do Irã no Líbano, sofreu ferimentos leves. A onda durou cerca de uma hora. Aliados ocidentais do governo de Israel temem que o primeiro-ministro, Benjamin Netanyahu, esteja cada vez mais inclinado a expandir o conflito na região. Os apelos pelo fim do massacre na Faixa de Gaza continuam a ser sistematicamente ignorados por Tel-Aviv.



O ataque sincronizado produziu o caos e pegou o Hezbollah de surpresa

Venezuela/ CONSPIRAÇÃO EXTERNA?

O GOVERNO ANUNCIA A PRISÃO DE “MERCENÁRIOS” ESTRANGEIROS

Quatro norte-americanos, um tcheco e dois espanhóis foram presos na Venezuela acusados de participação em um plano para assassinar o presidente, Nicolás Maduro, e desestabilizar o país. As autoridades afirmam ainda terem apreendido 400 espingardas provenientes dos Estados Unidos. O governo espanhol negou que os cidadãos deti-

dos pertencessem ao Centro Nacional de Inteligência, conforme acusou Diosdado Cabello, ministro venezuelano do Interior. Um porta-voz do Departamento de Estado norte-americano informou que um militar está entre os presos. “Esses grupos procuram aproveitar a riqueza do país, e nós, como governo, responderemos firmemente a qual-

quer tentativa de desestabilização”, afirmou Cabello. A Casa Branca negou, porém, qualquer intuito de derrubar Maduro. “Qualquer alegação de envolvimento dos EUA em uma conspiração é categoricamente falsa. Os Estados Unidos continuam a apoiar uma solução democrática para a crise política na Venezuela”, disse o porta-voz.

Homofobia na Geórgia

Uma lei sobre “valores familiares e proteção a menores” aprovada pelo Parlamento georgiano na terça-feira 17 é o maior ataque dos últimos anos aos direitos LGBT na Europa. A legislação permite a proibição de eventos e exibição de símbolos da comunidade, além da censura a filmes e livros. A presidente do país, Salome Zourabichvili, promete vetar a lei, mas as restrições contam com o apoio de uma maioria parlamentar disposta a anular um eventual veto do Executivo. “Essa lei é a coisa mais terrível”, afirmou Tamara Jakeli, diretora da ONG Tbilisi Pride.



Assassinar Maduro seria um dos objetivos

CAPA

Queima total

UMA DEZENA DE CRIMINOSOS PÕE EM RISCO
O PATRIMÔNIO DE 200 MILHÕES DE BRASILEIROS

por FABIOLA MENDONÇA



Nas barbas do poder, os incêndios criminosos devastam o Parque Nacional de Brasília

Os representantes dos Três Poderes reunidos na terça-feira 17 no Palácio do Planalto, a convite do presidente Lula, não precisavam de *power points*, relatórios ou longas explicações científicas para entender o drama ambiental enfrentado pelo Brasil neste momento. Bastava olhar pela janela. De qualquer ponto da capital, é possível acompanhar as chamas que consomem o Parque Nacional de Brasília, área de preservação a poucos metros da Granja do Torto. Tal qual as queimadas espalhadas por 60% do território nacional, há grandes chances de a destruição do parque resultar de ações criminosas. E nunca antes na história deste país, a certeza de impunidade produziu tanta ousadia. Para não deixar dúvida, quem ateou as labaredas de forma deliberada o fez debaixo das barbas da República.

Até agosto, o fogo consumiu 11,39 milhões de hectares do território nacional, mais do dobro de todo o ano passado, segundo o monitor MapBiomas Alerta. Os incêndios explodiram em meio à pior seca dos últimos 75 anos. Na Amazônia, foram contabilizados 93,4 mil focos ativos, no Cerrado, 60,9 mil, e no Pantanal, 10,6 mil. Os dados são do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e correspondem ao período de 1º de janeiro a 16 de setembro. As consequências reverberam em todo o País. Das 27 unidades da federação, apenas o Rio Grande do Sul – só faltava essa – e Santa Catarina não registram focos. Em São Paulo, depois de uma ação orquestrada por criminosos no fim de agosto que provocou queimadas em série no interior do estado, o céu foi tomado por fumaça e fuligem e o ar da maior metrópole da América Latina foi classificado como insalubre e considerado o pior do mundo por cinco dias consecutivos pelo *site* suíço IQAir. As cenas apocalípticas, à Mad Max, correram o globo.

A situação é parecida em Minas Gerais,

**"A CRISE CLIMÁTICA
SAIU DOS
RELATÓRIOS, DAS
PREVISÕES, E SE
TORNOU REAL", DIZ
O AMBIENTALISTA
MARCIO ASTRINI**

onde os incêndios atingem sete unidades de conservação e lambem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Minas enfrenta uma estiagem de 150 dias, potencializando o clima árido, fator decisivo para o sumiço da Cachoeira do Bom Despacho, em Santa Cruz. Foram registrados quase 9 mil focos ativos de janeiro a meados de setembro, número que só fica atrás do Maranhão (10,2 mil), Mato Grosso do Sul (11,7 mil), Tocantins (13,4 mil), Amazonas (19,6 mil), Pará (31,9 mil) e do campeão Mato Grosso, com quase 41 mil. Em Brasília, a força do vento produziu redemoinhos de fogo, propagando com maior velocidade as labaredas. O Rio Madeira, principal afluente do Amazonas, atingiu o menor nível da história no começo de setembro: 41 centímetros na estação Porto Velho, em Rondônia. No início do mês, Lula anunciou

a liberação de 500 milhões de reais para obras nos rios da região para que liberem a navegação e o escoamento de produtos.

"Este é um episódio de uma série maior chamada mudanças climáticas. Assistimos ao episódio da seca, já teve o da cheia, o de deslizamento de terras, o da perda de safra... E isso vai tornar-se cada vez mais frequente. Em uma década, a seca aumentou mais de 400%, isso mostra como o clima está mudando rápido e que a crise climática saiu dos relatórios, dos estudos, das previsões e se tornou real", alerta o ambientalista Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima. "Vivemos a maior seca do Brasil e há gente que, mesmo com uma proibição clara, continua a colocar fogo. Esse é o maior problema. Estamos ampliando cada vez mais nossas ações, fizemos um planejamento desde janeiro de 2023, antecipamos as ações em dois meses e meio, e todo esse trabalho de prevenção não foi suficiente porque continuamos a colocar fogo", reclamou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na terça-feira 17, em entrevista ao Canal Gov, da Empresa Brasil de Comunicação.

Há 90 anos é vedado atear fogo sem autorização legal. A proibição consta nas legislações ambientais de 1934, 1965 e 2012, código florestal vigente. O manejo, utilizado deliberadamente nas propriedades



São Paulo levou o título de pior clima do mundo por cinco dias seguidos

rurais, só é permitido com autorização do órgão ambiental estadual. A regra é, no entanto, constantemente descumprida e uma das razões tem a ver com a punição considerada branda, de dois a quatro anos de cadeia, substituída não sem frequência por penas alternativas.

Desde o ano passado, o desmatamento na Amazônia tem recuado: 50% em 2023 e 45% nos primeiros meses de 2024, mas o fenômeno não minimiza os efeitos da seca extrema. "A natureza tem um monte de reações em cadeia. Se desmata, esquenta. Se tem fogo, seca e prolonga a chuva. O ano que vem vai estar pior porque tem menos mata. O desmatamento reduziu, mas continua a acontecer. O que a gente precisaria mesmo é do desmatamento zero e uma campanha gigantesca de restauração florestal, com uma força-tarefa com todos os entes federados, as Forças Armadas, polícias Federal, Civil, Rodoviária, e as brigadas de incêndio. Senão a gente vai perder essa guerra", avisa Luciana Gatti, coordenadora do Laboratório de Gases de Efeito Estufa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

O grande número de queimadas na Amazônia entre junho e agosto emitiu 31,5 milhões de toneladas de gás carbônico equivalentes, aumento de 60% em relação ao mesmo período de 2023, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. De 2 milhões a 4 milhões de toneladas, estima o Ipam, ainda podem chegar à atmosfera nos próximos anos, pois as emissões continuam na atmosfera mesmo após o fim do fogo, devido à decomposição da vegetação atingida. A pesquisadora Anne Alencar, diretora de ciência do instituto e coordenadora do MapBiomass Fogo, ressalta a crise climática, mas afirma que boa parte dos incêndios é realmente criminosos. "A estiagem favorece quem quer praticar o crime. A gente vê que três tipos de categorias fundiárias queimaram bastante na Amazônia: os territórios indígenas,



A Cachoeira do Bom Despacho, em Minas, secou. Lula e Marina planejam a autoridade climática. Dino retira do arcabouço fiscal os recursos de combate aos incêndios



as áreas de vegetação nativa e os imóveis rurais, onde há um número grande de áreas de pastagem, revelando que o fogo tem sido utilizado para práticas produtivas. O que fica claro é que os incêndios em áreas florestais estão relacionados ao uso do fogo como arma, como crime mesmo. Acontecem principalmente em áreas públicas, onde o desmatamento durante o período do Bolsonaro tinha

explodido e, agora, a gente vê o fogo explodindo." Marina Silva segue na mesma toada: "Essa seca está acontecendo em vários lugares do mundo, a diferença é que no Brasil tem uma aliança criminosa, uma espécie de terrorismo climático, onde estão usando a mudança do clima para agravar o problema. Isso é um crime contra o interesse público".

A Polícia Federal abriu 52 inquéritos para investigar as denúncias de crimes ambientais. Nos primeiros dias do fenômeno, alguns suspeitos foram presos, mas logo depois liberados. A investigação continua e espera-se que em algum momento os federais cheguem aos financiadores das queimadas. Na terça-feira 17, a polícia deteve 20 acusados de provocar incêndios no estado do Rio de Janeiro.

José Antônio Marengo, coordenador-geral de Pesquisa e Desenvolvimento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, também cita o fator climático, mas diz não haver dúvida sobre a ação humana e criminosa. "Uma coisa é a emissão de gases de efei-

FALTA PUNIÇÃO SEVERA A QUEM DESMATA E INCENDEIA O MEIO AMBIENTE. "TEM QUE DOER NO BOLSO", ASSEVERA SUELY ARAÚJO, DO OBSERVATÓRIO DO CLIMA

to estufa por queima de combustível fóssil, outra coisa é a ação direta dos indivíduos. O fogo se propaga rapidamente, resultando no que chamamos de rios voadores. Se o clima está mudando, a ação humana pode piorar esses impactos. Qualquer incêndio que saia da Amazônia chega pelos ventos em São Paulo. Precisamos de medidas mais severas, é a única forma de diminuir esses crimes.”

Os envolvidos no episódio conhecido como o Dia do Fogo, ação coordenada que resultou em vários incêndios em 2019 na Amazônia, até hoje estão impunes. Em 2019, a ação tinha por objetivo celebrar o “liberou geral” do então governo Bolsonaro. Agora, a tática parece ser desgastar a imagem internacional do governo Lula, um ano antes da COP-30, a ser realizada em Belém. “O que a gente precisa é aumentar muito a pena do crime de incêndio, se-

ja na modalidade dolosa, intencional, seja na culposa por negligência. Hoje, os autores não são punidos e, quando são, vão pagar cestas básicas. Crimes dessa magnitude, que afetam a vegetação e os biomas, devem gerar suspensão do Cadastro Ambiental Rural e de Financiamento, tem que doer no bolso”, defende Suelly Araújo, coordenadora de políticas públicas do Observatório do Clima.

O climatologista Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP e copresidente do Painel Científico para a Amazônia, lembra que a estiagem de 14 meses consecutivos reduziu consideravelmente as chances de incêndios naturais, geralmente provocados por raios, o que não justifica a dimen-

são dos incêndios. “O fogo vem explodindo no Brasil desde o ano passado devido ao recorde de seca, à onda de calor e à vegetação muito inflamável. Mas não estamos tendo descargas elétricas, o que indica que as queimadas são por ação humana. No Pantanal, houve menos de 3% de descargas elétricas e, em São Paulo, nenhum raio. Precisa haver estudos, muita investigação, para saber a origem desse fogo”, observa.

Na reunião no Palácio do Planalto, Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal, elencou ações da Corte para mitigar os efeitos da seca e as recomendações que deu, quando comandou o Conselho Nacional de Justiça, para o Judiciário priorizar os inquéritos de crimes ambientais, inclusive com medidas cautelares, entre elas as buscas e apreensões e prisões preventivas. Assim como aconteceu na crise sanitária da

EM CHAMAS

Os números da destruição

TOTAL DE
HECTARES
QUEIMADOS,
EM MILHÕES

5,2

2023

11,4

2024*

ESTADOS COM
MAIS FOCOS
ATIVOS*



* Até 31 de agosto

* De janeiro a 16 de setembro

Fonte: Inpe

CAPA

Covid-19, o STF resolveu assumir o protagonismo. Flávio Dino definiu a situação como “pandemia de incêndios” e, no início de setembro, pediu ao Ministério Público Federal uma investigação a respeito das causas do fogo, além de determinar a convocação imediata de bombeiros e policiais militares para compor uma Força Nacional de Segurança Pública no enfrentamento das queimadas na Amazônia e no Pantanal. No domingo 15, o ministro autorizou o governo federal a abrir crédito extraordinário sem comprometer o arcabouço fiscal, recursos a serem utilizados no combate aos incêndios. Cobrou ainda dos governadores explicações sobre os planos estaduais de contenção.

Na reunião da terça 17, Lula anunciou uma Medida Provisória para liberar 514,4 milhões de reais ao combate às queimadas e aos efeitos da estiagem. O dinheiro será distribuído entre os ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, responsável, via PF, pelas operações de repressão. Outra MP pretende facilitar a liberação do Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES, para a aquisição de aeronaves e kits de combate aos incêndios florestais. O governo quer ainda ampliar as sanções administrativas para quem praticar infrações ambientais, com a revisão dos valores cobrados e a introdução de novas modalidades de multas. O presidente chegou a sugerir a adoção de regras mais duras, a exemplo de países como a Espanha, onde os incendiários ficam proibidos de vender ou explorar terras por 50 anos. É, porém, pouco provável que a ideia prospere, dado o predomínio da bancada ruralista no Congresso.

O pacote prevê a contratação, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, de 180 novos profissionais da Força Nacional para atuar no combate a incêndios. As Forças Armadas irão receber verbas para a aquisição de equipamentos de proteção individual e de aeronaves e moni-

tar bases de apoio logístico e transporte fluvial e terrestre. Caberá ao Ministério do Desenvolvimento Social a distribuição de 300 mil cestas e 7 mil toneladas de alimentos a famílias afetadas pelas queimadas. O Inera vai somar-se ao Ibama e ao ICMBio no combate aos focos de incêndio em assentamentos federais e a Funai ficará responsável por ações emergenciais de proteção social à população indígena. A Defesa Civil tem 60 dias para apresentar um plano de reestruturação do setor de combate a eventos extremos. Também está em andamento a criação de um fundo específico para outros biomas, de olho na captação de contribuições estrangeiras.

Lula sugeriu que os recrutas das Forças Armadas sejam treinados para o combate aos eventos extremos e não para guerras, pois o Brasil não tem tradição em conflitos internacionais. Na reunião, o petista dividiu a responsabilidade com os de-

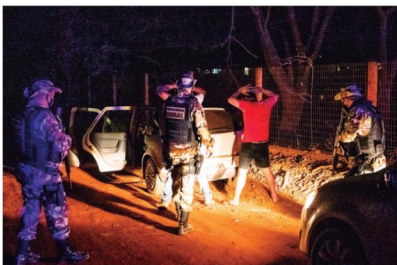
**O GOVERNO
FEDERAL LANÇOU
UM PACOTE DE
MAIS DE 500
MILHÕES DE REAIS
PARA COMBATER
OS INCÊNDIOS E
AMENIZAR OS
EFEITOS DA SECA**

**A Amazônia também pega fogo,
o Brasil pede à Europa um pouco mais de prazo
e a PF investiga as queimadas criminosas**

mais poderes da República e anunciou a intenção de convidar os governadores para uma audiência. Arthur Lira, presidente da Câmara, e Rodrigo Pacheco, do Senado, defenderam a legislação brasileira e afirmaram que o Congresso Nacional tem dado grande contribuição para a defesa do meio ambiente. Um exagero, no mínimo. O governo Bolsonaro acabou, mas a boiada continua, com o beneplácito de Lira e Pacheco, a transitar pelo Parlamento, onde o agronegócio controla um latifúndio de deputados e senadores. Da liberação de agrotóxicos ao porte de armas, os ruralistas têm aprovado leis na contramão dos compromissos ambientais do País.

O senador Fabiano Contarato, do PT capixaba, é autor de um projeto que classifica como hediondo o crime de incêndio florestal, sem possibilidade de fiança ou anistia. Recentemente, a Frente Parlamentar Mista Ambientalista do Congresso emitiu uma nota técnica na qual elenca mais de dez proposições relacionadas às queimadas paralisadas na Câmara. “Levantamos um conjunto de projetos que fazem cumprir a legislação, principalmente o Código Florestal, mas o que vemos é um movimento no sentido contrário, de desmonte ambiental. A maioria dos parlamentares da bancada ruralista visa o lucro no curto prazo e trabalha para enfraquecer o governo do presidente Lula. Querem





destruir a agenda ambiental em função do G-20 neste ano e da COP em Belém no ano que vem”, acusa o deputado Nílto Tatto, do PT paulista, coordenador da frente ambientalista. “Os parlamentares têm controle de parte relevante do orçamento por meio de emendas e deveríamos estar vendo uma mobilização para empregar mais recursos nesse campo de políticas públicas”, completa Suely Araújo.

Na contramão da urgência climática, em 10 de setembro, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, entregou à Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural da União Europeia um documento no qual pede a suspensão da Lei Antidesmatamento e a revisão da abordagem punitiva aos produtores que cumprem a legislação vigente. As novas regras europeias terão um impacto substancial nas exportações agrícolas brasileiras e no saldo da balança comercial, caso o País não se adeque. O pedido de Fávaro é visto por

ambientalistas como um incentivo à destruição dos biomas nativos. “Ele deveria estar preocupado em acabar com o desmatamento e não em questionar a legislação que proíbe desmatar. Eu não ouvi em nenhum momento o Ministério da Agricultura pedir para os agricultores não fazerem fogo e pararem com o desmatamento, mas o ministro é um leão quando protege o direito de desmatar e destruir um País abaixo da fumaça”, dispara Astrini. “Essa carta mostra que o Brasil não vai fazer a sua parte daquilo que a gente mesmo se comprometeu no acordo do clima. Essa exigência vai ser cada vez mais comum daqui para frente, é uma necessidade colocada para o mundo”, ressalta Tatto. “O ministro deveria usar seu poder de líder no setor rural para auxiliar o combate aos incêndios, pedindo aos proprietários rurais para não usar o fogo”, acrescenta Araújo.

Promessa de campanha de Lula, a criação da autoridade climática e da figura

jurídica da emergência climática voltou a ser aventada após o estrago provocado pelas queimadas. Segundo Marina Silva, as duas estruturas vão ordenar e dar suporte ao processo de criação do comitê técnico-científico e do plano nacional de prevenção e enfrentamento aos eventos extremos. “A MP para a criação da autoridade climática deve ser acompanhada da figura jurídica da emergência climática que não existe hoje no ordenamento brasileiro”, explicou a ministra.

Para o ambientalista Carlos Bocuhy, presidente do Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental, o Brasil está atrasado em relação a outros países que criaram a autoridade climática. Ele ressalta, no entanto, que os conflitos de interesses no País podem comprometer a atuação do organismo. “As diretrizes, objetivos e metas têm que ser claros. É preciso olhar para o sistema nacional de meio ambiente e verificar quais têm sido os conflitos e gargalos políticos. Bastaria a capacidade para implementar a lei da Política Nacional do Meio Ambiente, sacralizada na Constituição, especialmente com a revitalização do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Não bastará um sistema competente cientificamente para orientar seu comando e sim de uma extraordinária capacidade de atuação interinstitucional para sacudir a zona de conforto e neutralização que se instalou com os conflitos de interesse econômico e a falta de vontade política. Deve ser um sistema de múltiplas partes, potencializando sinergias setoriais e corrigindo a desarticulação institucional de hoje.”

Enquanto isso, o meio ambiente brasileiro agoniza. Visse as queimadas e a fumaça atuais, Gonçalves Dias talvez não lamentasse o exílio. Ao contrário do cântico de Dias, nossa terra já não tem tantas palmeiras, os sábios não cantam, sufocam, os bosques perderam vida, as várzeas, as flores. É impossível ver as estrelas e quase não há vida nem amores. •

Velho fantasma

A CRISE CLIMÁTICA RESSALTA
A DISFUNCIONALIDADE CRESCENTE
DO SETOR ELÉTRICO

por MAURÍCIO THUSWOHL

“O problema energético no Brasil é estrutural, não conjuntural.” A afirmação feita pelo engenheiro Ildo Sauer, professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP e um dos maiores especialistas brasileiros no assunto, é motivo de reflexão às vésperas de o País ingressar no período de maior calor e consumo de energia em quase todas as regiões, na sequência de um quadro de estiagem severa e prolongada que nos últimos três meses deixou os reservatórios de boa parte das usinas hidrelétricas com metade da capacidade.

Premido pela incerteza quanto à eficiência de um sistema de transmissão que sofreu um deslizamento acidental em agosto do ano passado, o Ministério de Minas e Energia solicitou ao Operador Nacional do Sistema a elaboração de um plano de segurança energética ancorado na utilização das usinas termelétricas, alimentadas por combustíveis fósseis e cuja utilização nos últimos dez anos re-

presentou um gasto de 200 bilhões de reais. Como consequência imediata, a doer no bolso do consumidor, a Agência Nacional de Energia Elétrica adotou a partir deste mês a tarifa vermelha 1, que significa nas contas de luz residenciais um acréscimo de 4,46 reais para cada cem quilowatts-hora consumido.

Segundo o ONS, os meses de junho a agosto registraram o menor volume de chuvas dos últimos 94 anos para o período nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico foi apresentada para setembro uma previsão de entrada

de água nos reservatórios que atingirá, no cenário mais favorável, 59% da média histórica. Com isso, a previsão do ministério é do uso de até 80% das termelétricas. O risco de uma crise de abastecimento como aquela de 2021, quando foi preciso adotar medidas de contenção da demanda, é afastado pelo governo. “O ONS colocará as térmicas para operar, mas não há risco de falta de energia”, garantiu o vice-presidente Geraldo Alckmin em reunião com dirigentes da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores em Brasília.

O quadro atual é diferente daquele de três anos atrás, última vez em que as usinas térmicas foram acionadas em grande escala. Se por um lado as opções de geração e estocagem de energia do sistema elétrico nacional são maiores com o crescimento das opções eólica e solar fotovoltaica, por outro a atividade econômica hoje é bem maior, pois em 2021 o País ainda sentia os efeitos da pandemia de Covid-19. O aumento do consumo cresce desde então e a continuidade do ritmo de recuperação da atividade é certa, salvo uma hecatombe global. Para se ter uma ideia, em agosto de 2024, segundo o ONS, o consumo médio de energia no País foi de 81,3 megawatts, aumento de 11% em relação ao ano passado.

São aguardados com preocupação o mês de outubro, quando cai a contribuição eólica na geração de energia, e o horário de pico das 18 horas, quando cessa a geração solar. Será o momento de testar na prática o quanto o ONS se preparou para eventuais incidentes como o do ano passado, ocasião em que, segundo especialistas, a falha no sistema de transmissão ocorreu por falta de uma simulação adequada por parte do operador. “Simulam em computador todas as possibilidades de defeitos na rede para verificar se ela continuará a funcionar se houver falha em algum componente. Mas, para simular com precisão, eles precisam de modelos de cada componente da rede, cada gerador deve ser modelado com precisão para permitir uma simulação acurada”, explica Edson

**DESDE A
LIBERALIZAÇÃO
DO GOVERNO FHC,
O PAÍS CONVIVE
COM RISCOS DE
RACIONAMENTO
E APAGÕES**



Watanabe, professor da Coppe, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em agosto de 2023, o ONS tinha simulado e nada de grave deveria acontecer. "As medições durante o apagão mostraram, no entanto, que os modelos recebidos dos fabricantes dos geradores indicavam desempenho muito diferente do que realmente aconteceu. Os modelos de vários fabricantes estavam errados", descreve Watanabe.

Em um *workshop* realizado em junho, a direção do ONS, segundo relatos, admitiu que os aerogeradores utilizados não são do modelo previsto e por isso não conseguiu simular os eventuais defeitos na rede. "O normal seria o ONS solicitar aos fabricantes que entregassem os modelos corretos. Mas ao menos dois fabricantes presentes declararam que não vão entregar os modelos solicitados, disseram que é sigilo industrial. O resultado é que o ONS está operando às escu-

O ministro Silveira encomendou estudos para a volta do horário de verão. Por segurança, as termelétricas vão ser religadas. A energia ficará mais cara e poluente



CAPA



A seca afeta o nível dos reservatórios das hidrelétricas. As térmicas custaram 200 bilhões aos consumidores na última década

ras, voou parcialmente cego no que concerne às usinas eólicas", diz Watanabe. O integrante da Academia Brasileira de Ciências reconhece a alta competência do pessoal técnico do ONS, mas afirma que, sem modelos precisos, eles ficam limitados. "Não podem prever possíveis problemas e, por cautela, o ONS deve estar operando com significativa margem de segurança. Possivelmente, longe do ponto de melhor custo para nós, os usuários." Procurado por *CartaCapital*, o diretor-geral do ONS, Márcio Rea, não atendeu aos pedidos de entrevista até o fechamento desta edição.

Segundo Sauer, os episódios recentes de queda de transmissão em Rondônia, Amapá e Ceará revelam uma ausência de transparência sobre o estado real da rede, sua manutenção e capacidade de resposta. Assim como aconteceu no fim do ano passado e começo deste em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, quando as redes de distribuição apresentaram problemas no período de maior consumo de energia. "Isso aconteceu por-

que a lógica com que as empresas de distribuição e transmissão são operadas busca, acima de tudo, maximizar o retorno para o acionista que, por sua vez, pressiona os dirigentes. E estes, com visão de curto prazo, não tomam as providências de longo prazo de fazer uma manutenção preventiva centrada em confiabilidade".

O professor da USP avalia que o modelo de organização elétrica e energética brasileiro em geral está exaurido. "A reforma constitucional de 1995 e as leis que se seguiram, incluindo a Lei de Petróleo e Gás de 1997 e os vários remendos que fo-

ram feitos em 2004, mantiveram o critério de que poderíamos operar o sistema usando uma filosofia de liberalização total e um programa de computador feito 30 anos atrás, quando os critérios, as tecnologias, a tipologia de recursos e o comportamento da demanda eram substancialmente diferentes de hoje." De lá para cá, acrescenta, houve um permanente esvaziamento da capacidade de formulação de políticas públicas debatidas por técnicos dotados de uma visão de sociedade. "Houve, com a liberalização, uma predominância cada vez maior dos interesses de vários grupos e lobbies."

Os leilões de energia realizados nos últimos anos, diz Sauer, tiveram critérios de escolha destituídos de fundamentos econômicos sólidos. "Leilões baseados na escolha de usinas térmicas a partir de 2005, por exemplo, supondo que o custo do combustível seria mais baixo, o que fez com que ao longo dos anos tenham sido gas-

**O GOVERNO
ESTUDA RECRIAR
O HORÁRIO DE
VERÃO, PARA
APROVEITAR
MELHOR AS USINAS
EÓLICAS E
SOLARES**



tos 200 bilhões de reais com a queima de combustíveis fósseis. Com 30% disso teríamos feito usinas fotovoltaicas que prescindiriam dessa queima.” Para o especialista, o conjunto de más escolhas decorre do fato de que “o governo perdeu a capacidade de buscar a otimização do sistema, com aumento de confiabilidade e redução dos custos globais, para atender aos dogmas do mercado, especialmente do grupo das térmicas”.

A possibilidade de uma tragédia energética com racionamento, diz Sauer, é muito pequena. “Mas isso não é suficiente para nos tranquilizar em razão do papel que o sistema energético tem como indutor do desenvolvimento. Está exaurido o potencial do modelo criado nos anos 90, e mantido desde então, para planejar e contratar a expansão, fazer a manutenção e a operação. Estão exauridos os papéis do ONS e da Aneel e o papel pífio que

é reservado hoje ao Ministério de Minas e Energia, insuficiente para suas responsabilidades. O quadro institucional tem que ser alterado e a lógica que nós operamos tem que ser alterada. Isso não significa piorar a situação dos investidores.”

Na segunda-feira 16, o ministro Alexandre Silveira, pediu ao ONS um estudo sobre a possibilidade da volta do horário de verão, que poderá ter início em 45 dias. Antes, Silveira quer um levantamento detalhado de toda a capacidade de despacho de energia em cada setor de geração, além dos custos decorrentes da medida. “O horário de verão é uma possibilidade real”, diz o ministro. Sobre o acionamento das térmicas e o aumento de tarifas, Silveira afirmou que “o problema climático atravessado pelo Brasil é sério e o setor energético é o que mais sofre.”

Professor do Instituto de Economia da UFRJ, Nivalde de Castro defende a adoção do horário de verão por induzir o uso mais intenso da energia eólica e solar. “O governo Bolsonaro acabou com o horário de verão pois a economia de energia elétrica era pequena. Hoje, com uma matriz elétrica com mais eólica e solar, atrasar os relógios em uma hora dará mais eficiência energética ao sistema nacional, pois pela manhã venta mais. O que é 9 horas passará a ser 8 horas, fazendo com que o consumo seja maior e a geração eólica seja mais aproveitada. Na parte da tarde faz mais sol e o atraso de uma hora trará o consumo das 19 horas para 18, aproveitando mais energia solar.”

Para o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia e ex-diretor-geral do ONS, Luiz Barata, o sistema elétrico do Brasil precisa avançar na sua capacidade de dar resposta a uma demanda que não para de crescer. “O governo precisa, sobretudo, buscar alternativas para aqueles que têm que decidir no fim do mês se pagam a conta de luz ou comprar comida.” •

CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO ELÉTRICA NO BRASIL (Em megawatts)



Filantropia socioambiental

NO ENFRENTAMENTO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
É FUNDAMENTAL APOIAR SOLUÇÕES LOCAIS,
CONCEBIDAS PELAS PRÓPRIAS COMUNIDADES

por JONATHAS AZEVEDO*

Em um país marcado por graves desigualdades sociais, econômicas e ambientais, racismo e machismo legados desde a colonização, a filantropia socioambiental possui papel relevante para fortalecer a luta dos grupos minorizados. Populações tradicionais, comunidades indígenas e quilombolas, agricultores familiares, a população LGBTQIAPN+, os movimentos negro e de mulheres, todos eles produzem soluções inovadoras para mudar a realidade de seus territórios e garantir mais qualidade de vida nas comunidades onde estão inseridos. Apesar disso, não têm protagonismo e lugar garantido em espaços de tomada de decisão e de definição de políticas públicas e financiamento. Nem acesso aos recursos que assegurem que suas soluções sejam implementadas.

No Brasil, as empresas, os institutos privados e as fundações corporativas ou familiares têm perfil mais executor. Ou seja, priorizam a realização de seus próprios projetos, em vez de finan-

ciar iniciativas desenvolvidas por outras organizações da sociedade civil, revelam dados da última edição do Censo Gife. Quase 70% dos recursos mobilizados pela filantropia local e independente, que doa especificamente para organizações comunitárias e grupos minorizados, são oriundos de fundações internacionais, aponta uma pesquisa desenvolvida em 2023 pela Rede Comu+, em parceria com a consultoria ponteAponte,

cujos resultados foram compilados na publicação *Filantropia que Transforma: Mapeamento de Organizações Independentes Doadoras para a Sociedade Civil nas Áreas de Justiça Socioambiental e Desenvolvimento Comunitário no Brasil*.

Um relatório produzido pela Human Rights Funders Network alerta, porém, que as fundações do Norte Global controlam 99% dos financiamentos mundiais destinados aos direitos humanos e repassam somente 12% desses recursos para organizações do Sul e Leste Globais. Para receber essas doações, entidades baseadas em nações subdesenvolvidas enfrentam obstáculos burocráticos, dificuldade de acesso a informações e barreiras linguísticas.

Com a questão climática, a situação não é diferente. Menos de 1% do financiamento chega, de fato, a organizações sediadas em países tropicais, segundo um relatório da Rainforest Foundation Norway. Dos fundos alocados nos últimos dez anos para apoiar esses direitos, apenas 17% incluíram ao menos uma organização local, representando 0,13% de todo o financiamento climático.

**O INVESTIMENTO
SOCIAL PRIVADO
AINDA ESTÁ MUITO
CONCENTRADO
EM PROJETOS
DESENVOLVIDOS
DE CIMA PARA
BAIXO, QUE
DESCONSIDERAM
OS GRUPOS
ENVOLVIDOS**



Os brigadistas enfrentam uma luta inglória

No Brasil, segundo o Censo Gife, o montante de recursos financeiros para áreas de preservação ambiental no período 2022–2023 correspondia a 13% do investimento realizado. Porcentual menor era destinado para comunidades remanescentes de quilombos (10%), terras indígenas (7%) e assentamentos (3%).

Esses grupos são os que mais sofrem e os que menos contribuem para as mudanças climáticas. Por vezes, são os principais responsáveis pela conservação da biodiversidade, pois fazem uso sustentável de nossas matas.

Atualmente, a Rede Comuá reúne 18 organizações da filantropia independente que doam recursos para grupos e movimentos da sociedade civil, com foco principal em acesso a direitos. Juntas, essas organizações já financiaram, desenvolveram ou cocriaram mais de cem soluções climáticas locais, em diferentes regiões brasileiras e em todos os biomas. Entre 2022 e 2023, elas investiram quase 400 milhões de reais em ações de justiça climática. Mais de 900 grupos e de 1 milhão de pessoas foram diretamente alcançados. A abordagem é centrada na inclusão dos grupos vulnerabilizados. Para a Comuá, as estratégias de mitigação, adaptação e financiamento climático de-

vem focar na redução da pobreza, no fortalecimento de direitos e na melhoria da saúde e bem-estar.

Soluções climáticas locais são aquelas criadas por e para as comunidades, a partir da base, e que consideram as especificidades e vulnerabilidades dos grupos envolvidos. Afinal, são os grupos, coletivos, movimentos, lideranças e organizações da sociedade civil que conhecem a fundo o território onde vivem e as comunidades nas quais atuam, têm propriedade para propor e realizar ações que possam beneficiar a todos, melhorando a qualidade de vida nos territórios.

Manejo e uso sustentável das florestas, consórcio de espécies para garantir subsistência e segurança alimentar, monitoramento de unidades de conservação e terras indígenas, apoio a brigadas comunitárias contra incêndios e a organizações que atuam na conservação de biomas. Fundos emergenciais e de reconstrução, como o Fundo Regenerativo de Brumadinho. Produção e sistematização de conhecimento, como o Guia de Justiça Climática da Casa Fluminense, a reunir

experiências de práticas, soluções e tecnologias sociais e ancestrais desenvolvidas em bairros, favelas e periferias. Esses são apenas alguns exemplos. Imagine o impacto nos territórios se ampliássemos o repasse de recursos diretamente para as comunidades locais seguirem protagonizando soluções para o clima.

No momento em que o Brasil se prepara para receber a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a ser realizada em Belém, em novembro de 2025, é tempo de pensarmos estratégias para que o investimento social privado apoie, de fato, as soluções climáticas locais, reconhecendo o protagonismo de organizações e movimentos de base comunitária. A filantropia comunitária e de justiça socioambiental é o caminho. •

**Jonathas Azevedo é diretor-executivo na Rede Comuá. Bacharel em Relações Internacionais pela UFF, especialista em Ajuda Humanitária pela PUC Rio e mestre em Inovação Social e Empreendedorismo pela London School of Economics and Political Science, tem experiência em projetos voltados à promoção dos direitos humanos, articulação comunitária, redução de violência, entre outros. Atuou ainda como consultor em monitoramento e avaliação, planejamento estratégico e gestão de fundos para atores do campo da filantropia.*



O penetra

CONGRESSO Gilberto Kassab interfere na sucessão da Câmara, de olho em um projeto de poder bem maior

POR ANDRÉ BARROCAL

Gilberto Kassab, presidente do PSD e homem forte do governo de Tarcísio de Freitas em São Paulo, quer seu partido no comando da Câmara dos Deputados a partir de fevereiro. Desde o fim do ano passado, não perde uma chance de ir a Brasília defender a candidatura do líder da bancada, o baiano Antonio Brito. Em 9 de julho, esteve na cidade sob o pretexto de uma comemoração coletiva do aniversário de parlamentares pessedistas. Alguns ministros do governo Lula, o PSD tem três, compareceram. Idem Valdemar Costa Neto, o presidente do PL, sigla do ineleigível Jair Bolsonaro. O dono do restaurante que sediou a festa é, aliás, fã do capitão e fazia parte daquela turma de empresários pronta a apoiar um golpe de Estado. A certa altura do convésco, Costa Neto cochichou no ouvido de Kassab. Mais tarde, contou a jornalistas o que tinha dito: “Vou meter o ferro em você”.

Kassab e Costa Neto são dois “empresários da política”, teoriza um petista que foi autoridade em Brasília. Controlam muito dinheiro graças a dois fundos públicos. O eleitoral, distribuído em todas as campanhas, e o partidário, anual. Na soma de ambos, o PSD terá recebido 850 milhões de reais de 2022 a 2024 e o PL, 1,4 bilhão, cifras que os colocam entre os cinco partidos mais ricos. Para Costa Neto, Kassab quer fazer de Freitas o

presidenciável reacionário em 2030, a fim de tomar politicamente São Paulo para si. Aconteceu algo parecido quando o pessedista era vice-prefeito da capital paulista. Assumiu a prefeitura em 2006 e reelegeu-se em 2008, após o tucano José Serra deixá-la para concorrer a governador. No plano kassabista de agora, o atual governador tentaria a reeleição em 2026 com Kassab na chapa. O vice atual já é do PSD, indicado pelo chefe da sigla. “(Kassab) Não vai ser (vice) porque não vamos deixar”, disse Costa Neto ao portal Metrôpoles.



Costa Neto, do PL, tenta manter de pé a cidadela

A sede de poder de Kassab passa por levar o PSD a reinar na Câmara, outra ambição conflitante com as pretensões de Costa Neto. O pessedista tornou-se peça-chave na sucessão de Arthur Lira, do PP de Alagoas. A rinha do PL com ele é uma das razões para o líder do PT, o mineiro Odair Cunha, ser a favor de embarcar imediatamente na candidatura do paraibano Hugo Motta, do Republicanos, nome abraçado por Lira recentemente. Petistas comentam nos bastidores que permitir ao PSD mandar na Câmara seria fortalecer Kassab demais, o que gente no dito “Centrão” não admitiria. Brito é visto como submisso ao dirigente. O Palácio do Planalto prefere esperar o fim das campanhas municipais antes de tomar uma posição. O presidente Lula, embora tenha feito chegar várias vezes à praça que não tem a intenção de se meter no assunto, se encontrou com Brito (em 16 de setembro), Motta (dia 4) e Kassab (dia 3).

Na conversa com Kassab, Lula pediu-lhe para abandonar Brito. Tinha abertura para tanto. O PSD, repita-se, possui três ministros: Alexandre Silveira (Minas e Energia), André de Paula (Pescaria e Aquicultura) e Carlos Fávaro (Agricultura). Um colaborador de total confiança de Kassab é secretário de Política Agrícola no time de Fávaro. É o ex-deputado paulista Guilherme Campos, empossado após aquela lambança federal no leilão de compra de arroz para

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO

pág. 24

São Paulo. A cadeia
ganha o debate
contra MarçalKassab quer o PSD
à frente da Câmara
e do Senado

os gaúchos vítimas das enchentes. Desde 2023, Campos era o superintendente do Ministério da Agricultura em São Paulo. Lula e seus conselheiros palacianos achavam que o jóquei mais conveniente para substituir Lira, dadas as circunstâncias e a correlação de forças no Congresso, era Marcos Pereira, o capixaba eleito por São Paulo e presidente do Republicanos. Seu partido é outro no primeiro escalão. O deputado pernambucano Silvio Costa Filho está à frente da pasta de Portos e Aeroportos. Kassab não topou largar

Brito. Em conversas reservadas após o encontro com Lula, falou das chances de vitória do PSD, até citou números.

Motta, o líder do Republicanos, entrou no páreo justamente em razão da decisão de Kassab. Pereira tinha um acordo com Brito de apoio mútuo. Caso um fosse mais competitivo, o outro sairia de cena. O chefe do PSD "matou" o pacto, daí Pereira e Lira sacaram Motta da algibeira. "O Gilberto inviabilizou a minha candidatura", declarou Pereira à *Folha de S. Paulo* em 4 de setembro. "Vou olhar pa-

A posição do líder
do PSD o **coloca em**
rota de colisão com
Valdemar Costa Neto

Brito, aliado de Kassab, não desistirá da disputa à presidência da Câmara, apesar dos apelos de Lula

ra ele lembrando que ele me impediu de ser presidente da Câmara.” Palavras de alguém magoado. Seria mais um com ganas de “meter o ferro” em Kassab? Ressalte-se: Freitas é do Republicanos, mas volta e meia circula o boato de que poderia trocar a legenda pelo PL de Costa Neto.

Alguns deputados estaduais do PL em São Paulo têm estado uma fera com o governador, dadas a proximidade dele com Kassab e a visão do secretário sobre Bolsonaro. Antes de dar voz a esses paulistas, miremos três deputados federais nordestinos do partido. Costa Neto tem motivo para preocupar-se com uma tentativa de “meter o ferro” neles. Paulo Gonet, o procurador-geral da República, denunciou Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil, ambos do Maranhão, e Bosco Costa, de Sergipe, por corrupção passiva e formação de quadrilha. Segundo a acusação, o trio pediu propina a uma prefeitura do Maranhão em troca de emendas parlamentares propostas em Brasília. Emendas são obras inseridas no orçamento federal por congressistas. O processo movido por Gonet no Supremo Tribunal Federal trata de 6 milhões de reais destinados à cidade de São José de Ribamar, a terceira maior do Maranhão, com 244 mil moradores.

A história começou com denúncia feita em 2020 pelo então prefeito do município, Eudes Sampaio, do PTB, que havia assumido em 2019, após o prefeito eleito em 2016, Luís Fernando, do PSDB, sair do posto para ser secretário estadual. O governador do Maranhão era Flávio Dino, hoje o juiz do Supremo que lidera uma cruzada pela moralização das emendas. Em 20 de agosto, houve uma reunião na Corte entre togados da casa, ministros de Lula, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e Lira, sobre o tema. Durante a conversa, Dino citou as bandalheiras no Ma-



Três deputados do PL foram denunciados por desvios de recursos de emendas

ranhão. Lira retrucou que não se podia asseverar que tinham sido com recursos de emendas. “O senhor sabe que foi, eu sei que foi e o senhor sabe que eu sei”, afirmou o juiz, conforme relatos no STF. A propósito: Dino acha que o gigantismo das emendas, 49 bilhões de reais neste ano, acabará naturalmente, diante das medidas moralizadoras decretadas pelo tribunal.

De volta ao trio de acusados do PL, Sampaio dizia ter sofrido tentativa de extorsão por parte de um agiota, Josival Cavalcanti da Silva, conhecido como Pacovan. Este agiria em nome dos deputados, seria o cobrador da propina, ou seja, da devolução

pela prefeitura de uma parte da verba recebida via emendas. A comissão seria de 25% do valor total. A Polícia Federal entrou no caso após as revelações do prefeito. Foi duas vezes às ruas e a endereços dos deputados, uma em dezembro de 2020, outra em março de 2022. Nas batidas, a PF encontrou anotações e mensagens de celular que mostram quantias e nomes, tudo aproveitado por Gonet na acusação enviada ao Supremo. Não há prova de que os deputados embolsaram a propina. Pela lei, pedir vantagem indevida configura crime de corrupção passiva. O caso corre no STF e está nas mãos de Cristiano Zanin.

Dos três deputados, Josimar, de 47 anos, é o que mais se destaca. Foi o mais votado no Maranhão em 2018 (195 mil votos) e o terceiro em 2022 (158 mil). Em 2008, ao se reeleger prefeito da cidade de Maranhãozinho, declarou 463 mil reais em bens. Em 2014, ao concorrer a deputado estadual, 6 milhões. Ao disputar uma vaga de federal em 2018, o total chegou a 14 milhões. Na eleição de 2022 ao mesmo cargo, 25 milhões. Uma espantosa evolução patrimonial. Ele comanda o PL no Maranhão, está na legenda há mais de 20 anos e é ligado a Costa Neto. Não chega a ser um "bolsonarista". No PL é assim: há bolsonarista "raiz" e há a turma do presidente do partido.

Na Assembleia Legislativa paulista, "bolsonaristas raiz" andam incomformados com a relação de Freitas com Kassab. O secretário estadual de Governo e Relações Institucionais teria poder demais, além de ministério com Lula e certa aversão ao capitão. "Com certeza" Bolsonaro foi o pior presidente com quem Kassab conviveu, disse publicamente o próprio em 2021. Era o ano da CPI da Covid, duríssima contra o então presidente. No comando da comissão, havia um pessedista, o senador Omar Aziz, do Amazonas. Na CPI do 8 de Janeiro de 2023, o relatório incriminador do ex-presidente como autor intelectual do quebra-quebra em



Josimar Maranhãozinho, Pastor Gil e Bosco Costa não passaram despercebidos pela lupa da PGR



Brasília foi de autoria de uma senadora do PSD, Eliziane Gama, do Maranhão.

Em fevereiro deste ano, Bolsonaro atacou Kassab numa entrevista ("representa o caráter do velho político brasileiro") e numa mensagem de WhatsApp a aliados ("farsante"). Em junho, o pastor bolsonarista Silas Malafaia cobrou Freitas numa entrevista à *Folha de S. Paulo*: "Se você quer ser aliado do Kassab, então segue seu caminho".

As duas turmas do PL têm razões diferentes para a bronca com Kassab e os laços estreitos entre ele e o governador. Os bolsonaristas raiz temem que Freitas abandone o capitão em algum momento para se equilibrar entre o apoio dos extremistas e a pose de "moderado" que a mídia tenta associar a sua imagem. Costa Neto receia perda de espaço no xadrez político-partidário, a começar por São Paulo. Com os poderes da gestão Freitas, Kassab tem "roubado" prefeitos de outras siglas. O PSD elegeu cerca de 60 em 2020, agora conta com cerca de 300, quase metade dos municípios paulistas (645). O dirigente aposta na vitória de 800 postulantes do PSD em todo o País em outubro. Uma dessas apostas o coloca diretamente contra o clã Bolsonaro. É na cidade de Registro, de 59 mil moradores, localizada no sudoeste paulista, uma das regiões mais pobres do estado. O capitão foi criado lá. Seu irmão Renato, nove anos mais moço, é candidato azeiteiro a prefeito pelo PL. O favorito é um aliado do PSD kassabista, o ex-deputado federal e ex-tucano Samuel Moreira. O Republicanos, sigla do governador, integra a coligação de Moreira, apesar de Freitas declarar publicamente apoio ao irmão de Bolsonaro.

Confusões paroquiais com reflexos no Congresso e, portanto, no futuro de Lula e do País. ■

A banqueta leva a melhor

SÃO PAULO Pela primeira vez, Pablo Marçal é engolido pela lógica infame das redes

POR MARIANA SERAFINI

Pablo Marçal e seu séquito sentiram o golpe – e não se fala aqui da cadeirada desferida por José Luiz Datena no debate da TV Cultura, clímax até previsível da escalada do *bullying* promovido pelo *coach* contra o apresentador. O comportamento vacilante na sequência da agressão, a encenação burlesca na ambulância, tempos depois do baque, onde simulou um desmaio e usou uma máscara de oxigênio, e a comparação pouco convincente entre a banqueta, a facada em Jair Bolsonaro e o tiro na orelha de Donald Trump foram recebidos com certo desdém e frieza no reino de Marçal, as redes sociais. Não só. Pela primeira vez desde o início da campanha, o candidato do PRTB provou do próprio veneno. De valentão do recreio, passou a ser ridicularizado pela quinta série que domina as plataformas digitais, em forma de *memes* e piadas. A reação extrapolou o mundo digital. Em uma caminhada pela Santa Efigênia, região de comércio popular na capital paulista, após deixar o hospital, o *coach* assistiu, impotente, um recente aliado, o vereador Rubinho Nunes, famoso por perseguir o padre Julio Lancelotti, ir às vias de fato com um *motoboy* espirituoso que exibiu uma banqueta à comitiva. “O cara veio com cadeira, eu fui para cima dele”, jus-

tificou Nunes. Detalhe: o vereador não conseguiu “desarmar” o *motoboy*, o que só tornou mais constrangedora a sua performance no ringue a céu aberto.

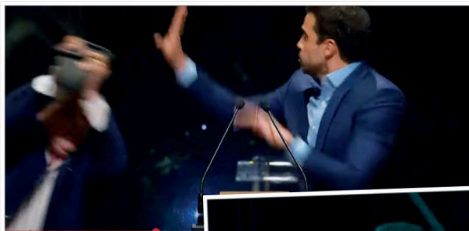
Aparentemente, a estratégia agressiva de Marçal, responsável por sua ascensão meteórica nas pesquisas, deixou de funcionar. De acordo com a pesquisa Datafolha da quinta-feira 12, a maioria dos paulistanos o consideram “desrespeitoso”, característica pouco vantajosa para quem quer administrar a maior cidade brasileira. Na terça-feira 17, durante debate organizado pela Rede TV e pelo portal UOL, o *coach* tentou demonstrar alguma sensibilidade e afastar a fama de mau ao pedir desculpas públicas a Tábata Amaral por ter espalhado mentiras a respeito do suicídio do pai da adversária. Embora não tenha feito nenhum aceno de paz a Guilherme Boulos, a quem acusou de consumir cocaína, a ovelha desgarrada do bolsonarismo parece ter optado nos últimos tempos por deixar o candidato do PSOL em segundo plano. Nos debates recen-

tes, Marçal havia escolhido Datena como *sparring* e o prefeito Ricardo Nunes como oponente preferencial. Agota d’água, em relação a Datena, foi o uso do termo *jack*, gíria usada nas prisões para designar estripadoes, como ofensa ao apresentador, envolvido tempos atrás em uma acusação obscura de assédio sexual. O tucano deixou então o púlpito com a banqueta de plástico na mão e desferiu um golpe em direção à cabeça do *coach*, que usou o antebraço para se defender. Questionado em seguida se havia se arrependido, Datena não titubeou: “Claro que não”. No debate da Rede TV, três dias depois, Marçal insistiu no tema, chamou o adversário de “orangotango”, se disse vítima de uma tentativa de homicídio, voltou a chamá-lo para a briga e foi obrigado a ouvir do oponente: “Em covarde, só bato uma vez”.

Depois da cena de boteco, Boulos, Nunes e Amaral prestaram solidariedade a Datena. Marçal, levado ao hospital Sirio Libanês, reclamou da falta de solidariedade dos demais concorrentes. Avalizada, no fim da conta, pela maioria do eleitorado. Desta vez, os “cortes do Marçal” no Tik Tok *flop*aram. Segundo o monitoramento do analista de redes sociais Pedro Barciela, 80% das interações na sequência do entrevisto foram negativas ao candidato do PRTB. A primeira pesquisa divulgada após o episódio, do instituto Quaest, também mostrou enfraquecimento da candidatura. Marçal aparece com 20% de intenção de voto, três pontos abaixo do levantamento anterior, na margem de erro. Entre os homens, a “fragilidade” do idolo causou má impressão e levou a um recuo acentuado, de 31% para 25%.

Se Marçal perdeu, quem ganhou (além da cadeira) com o vale-tudo no debate da TV Cultura? “O maior beneficiado é Ricardo Nunes”, avalia o cientista político e professor da Unicamp Oswaldo Amaral.

O coach virou piada nas plataformas digitais e perdeu apoio entre os homens

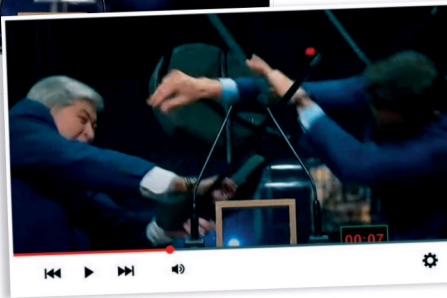
**Boteco SP.**

Datena não aguentou as provocações e produziu uma cena típica de western



O atual prefeito, acredita, tem a oportunidade de se consolidar como o candidato da direita no segundo turno. “Para avançar, Nunes precisa atrair votos do Datena e do Marçal, principalmente do eleitorado que acredita que este exagera.” Em eventual segundo turno entre Nunes e Boulos, é possível, porém, que uma franja dos apoiadores de Datena migre para o candidato do PSOL, em especial nas periferias.

Na semana anterior à fatídica cadeia, Datena mostrava-se ansioso e cansado da campanha. O tucano começou a disputa entre os três principais colocados, com cerca de 16% das intenções de voto, mas despençou para a metade ao longo do percurso. Durante uma entrevista à *Folha de S.Paulo*, chorou e disse: “Para mim, acabou a política”. Na avaliação de Amaral, a cadeirada pode ter sido pensada pelo apresentador para “criar um fato e atrair atenção”, gesto “horrível” para o debate público. “As eleições deste ano estão muito marcadas por quem consegue mobilizar melhor essa coisa da ‘economia da atenção’, e para o debate público isso é muito ruim porque os eleitores não são sequer convidados a refletir sobre os temas pertinentes.”



Para o doutor em Sociologia e professor da Universidade Mackenzie Rodrigo Prando, Marçal conseguiu transferir a lógica das redes sociais para a vida real. “Os algoritmos dão força àquilo que mexe com os sentimentos: medo, angústia, ódio, raiva, desprezo. Quando conectado a um discurso ‘antissistema’, contra a política, dá margem para essas ações assentadas no fim do diálogo e da racionalidade.” O quadro, prossegue o cientista social, é gravíssimo, pois ao manipular as emoções dessa forma, abre-se espaço para “moldar a opinião pública sem nenhuma relação direta com fatos ou dados da realidade”. Essa tem sido a estratégia não só de Marçal, mas do

que Prando denomina de “Bancada da Selfie”, parlamentares que se importam mais com as ações voltadas para as redes sociais do que com o desempenho propriamente dito no Parlamento, para o qual foram eleitos e são reglementados pagos todos os meses.

Sem alternativa, Datena promete manter a campanha até o fim. O apresentador será investigado pela Polícia Civil por lesão corporal e injúria. No fogo cruzado, decidiu processar Marçal por injúria, calúnia e difamação. Na segunda-feira 16, a equipe jurídica do candidato protocolou uma notícia-crime na qual pede ao Ministério Público Eleitoral que denuncie o coach por crimes contra a honra. •

A várzea e a cadeira

ANÁLISE O debate na TV Cultura me fez lembrar as “peladas” nos campos de Piratininga, onde as desavenças eram resolvidas no braço

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO*

Nos anos 50 e 60, São Paulo de Piratininga se transmutava de capital da província para metrópole. Terminou por seguir os descaminhos da megalópole cosmopolita periférica. Dizem que suas formas - feias, desconjuntadas, híbridas - são o avesso da urbanidade e do urbanismo.

Os desleixos e mau jeitos da urbe não foram contemplados nos debates que ora antecedem à escolha do prefeito da cidade. A cadeirada de José Luiz Datena em Pablo Marçal apontou para a replicação das formas feias, desconjuntadas e perveras que nos esperam.

Minha nostalgia paulistana encontra o olhar do menino adolescente, fanático pelo dito esporte bretão. Esse olhar via São Paulo como um imenso campo de futebol, interrompido por impertinentes avenidas e arranha-céus. Jogava-se futebol nas ruas, nos becos, nos terrenos baldios, nos quintais, em todos os cantos. No vale que iria receber a Avenida 23 de Maio, entre a Liberdade e o Paraíso, assistia, nos fins de semana, sentado nos barrancos, a bola dos adultos correr solta. Nos dias íteis, a molecada cabulava aula e se juntava nos terrões que simu-

lavam campos de futebol. Os gazeteiros ora celebravam os gols marcados, ora se estapeavam por conta de faltas contravindas. Socos e pontapés eram desferidos com lealdade e até mesmo com amizade. Tudo acabava bem, descontadas as fraturas de crânio e de nariz.

Quem jogou bola na várzea de São Paulo não precisa estudar Durkheim, Max Weber, Hannah Arendt ou Wilhelm Reich para identificar as gentes que sustentam as tropelias e ignorâncias agressivas do aventureiro Pablo Marçal. Escrevo gentes para significar um modo de ser, uma forma de sociabilidade definida a partir de uma rede de relações que enformam as subjetividades, suas palavras, seus gestos e seustos.

Nos meus tempos, nos campos de Piratininga, quase sempre as desavenças eram resolvidas no braço. Tiros e faca-

das, em doses moderadas. Quando o pau quebrava, os visitantes, minoritários, escapavam para os caminhos - já preparados para a fuga - com o uniforme de jogo. Os trajes e os pertences, quando não uma parte da grana do mês, eram abandonados no vestiário ou local assemeelhado. No jogo de volta, os valentões viravam cães.

Os temerários que aceitavam apitar os jogos sofriam os espancamentos de praxe, quando não eram expulsos por jogadores do time local, insatisfeitos com a arbitragem. (Não por acaso, a tigrada bolsonarista se aventurou a fechar o Congresso e invadir o Supremo Tribunal Federal). Nos vestiários, preconceitos de toda a ordem corriam à solta. A rejeição do outro era a bandagem que remediava a sensação de inferioridade dos peladões socialmente desfavorecidos e os impedia de avaliar as verdadeiras razões de seus percalços e fracassos.

Filósofos, sociólogos e psicanalistas já arriscaram a pele no desvendamento desse fenômeno psicossocial, o narcisismo dos ressentidos e fracassados. Figuras como Pablo Marçal surgem de um processo de formação das personalidades que, em sua espiral de difusão, contamina camadas inteiras de indivíduos que vivem nas sociedades de massas competitivas. No livro *Immediacy or The Style of Too Late Capitalism*, Anna Kornbluh cuida das variantes ideológicas do imediatismo de massas. Essas variantes incluem os “opináticos virulentos, cultores do carisma, o absolutismo niilista e anarquia em êxtase. Sua política evita organizações e instituições em favor do horizontalismo orgânico, levantes aleatórios e autonomia local; seus adeptos simulam recusar as instâncias do poder enquanto celebram a onipresença do poder e exibem as rapasódias da imutabilidade da dominação...”

Marçal representa um tipo de indivíduo que persegue o sucesso, mas só alcança o fracasso

Neste momento de angústias e descalabros comportamentais é importante sublinhar que o desatinado Marçal foi escolhido para representar um tipo de indivíduo que persegue obsessivamente o sucesso, mas só alcança o fracasso. A respeito dessa turma, Umberto Eco tratou dos novos meios de comunicação – as redes sociais – e o rebaixamento intelectual dos indivíduos massificados. “Deram voz aos idiotas de aldeia.” Entre tantos idiotas há que ressaltar o desempenho da matilha de *influencers* dispostos a espalhar suas ignorâncias e preconceitos. Idiotas espertalhões.

Cantava o *rapper* Ice-T, “não odeie o jogador, odeie o jogo”. É assim que o sistema funciona. A relação entre os meios de comunicação e a sociedade de massas foi examinada competentemente por muita gente boa, como Theodor Adorno e Marshall McLuhan. O meio é a mensagem, ensinou McLuhan, ao tratar da formação das consciências nas sociedades de massas em que a informação é comandada pelos meios de comunicação. A tradução foi ajustada para facilitar a compreensão. “A mídia nos afeta completamente. Afeta nossa estrutura conceitual nas dimensões pessoais, políticas, econômicas, estéticas, psicológicas, morais, éticas e sociais. Não deixa nenhuma parte intocada, inalterada. O meio é a mensagem. Qualquer compreensão da mudança social e cultural é impossível sem um conhecimento da forma como a mídia funciona.”

A partir desse parágrafo, para evitar as armadilhas do narcisismo, vou socorrer minhas limitações com as sabedorias do livro de Debora Cook, *A Indústria da Cultura Revisitada*. Cook argumenta que Adorno, ao investigar as origens psicossociais do nazismo, concluiu que tanto o nazismo quanto a indústria cultural trabalham em um ní-

vel psicológico profundo, reforçando o narcisismo que ele alegou ser sintomático nos indivíduos que habitam os escaninhos do capitalismo avançado. Sem autonomia suficiente do ego, os narcisistas são virtualmente indefesos contra as técnicas carregadas da libido da indústria cultural.

Como o historiador Alan Bullock observou em relação ao nazismo, dema-

gogos como Hitler “visavam apelar não para o racional, mas para as faculdades emocionais, aqueles ‘interesses afetivos’, contra os quais (como Freud apontou) estudantes da natureza humana e filósofos há muito reconheceram que os argumentos lógicos eram impotentes. Como esses demagogos, a indústria cultural coloca em jogo não apenas emoções, mas instintos irracionais e muitas vezes autodestrutivos, minando o pensamento racional e o interesse racional. Embora eles não sejam a causa direta do ego fraco dos narcisistas, o nazismo e as mercadorias culturais exploram essa fragilidade e frustram a capacidade de resistir à repressão, ao oferecer satisfações suficientes para aplacar os indivíduos fracos e ressentidos que habitam os desvãos do capitalismo de massas. A teoria dos impulsos de Freud forneceu a Adorno a base para sua teoria da indústria cultural. •

**Este texto valeu-se de trechos de artigos já publicados em CartaCapital.*



Fim de festa?

OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES Seis anos depois da facada, o que restou de Bolsonaro e do bolsonarismo

POR MARTA MENDES DA ROCHA, IAN ALVES FERREIRA E MATEUS RODRIGUES JORGE*

A “festa” teve Michelle Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Nikolas Ferreira. Teve também culto, parabéns para você e bolo de aniversário. Foi assim a visita de Jair Bolsonaro à mineira Juiz de Fora em 6 de setembro. Seis anos depois, o ex-presidente voltou ao mesmo ponto onde levou uma facada, evento que marcou a eleição de 2018 e alavancou a candidatura do então candidato do PSL à Presidência. A comemoração do “6º aniversário do renascimento” de Bolsonaro encerrou uma série de atividades de campanha que o ex-presidente realizou em Minas Gerais no início do mês.

Diferentemente de 2020, quando anunciou, na condição de presidente, que não se envolveria nas eleições municipais, neste ano ele tem se empenhado para alavancar a candidatura de aliados. Mas, nas quatro cidades visitadas no estado, os nomes apoiados por Bolsonaro ainda não conseguiram decolar. Em Santa Luzia, na região metropolitana de Belo Horizonte, Fábila Lima (PL) é apenas a quarta colocada nas pesquisas, com 4% das intenções de voto e bastante distante dos primeiros colocados. Em Contagem, terceiro maior colégio eleitoral mineiro, a atual prefeita, Marília Campos (PT), tem 64,6% das intenções de voto, bem à frente do bolsonarista Junio Amaral (PL), com apenas

9,8%. Na capital, a disputa está mais acirrada. O candidato de Bolsonaro aparece em terceiro lugar, muito próximo da segunda colocação. Em Juiz de Fora, o ex-capitão apoia Charles Evangelista (PL) que, segundo a pesquisa mais recente, do Instituto MDA, aparece em terceiro lugar, com 11,1% das intenções de voto, distante da atual prefeita, Margarida Salomão, isolada na dianteira com 45,8% dos votos.

Em seu discurso em Juiz de Fora, o ex-presidente fez uma breve reflexão sobre o atentado e recorreu às suas estratégias discursivas de sempre: repetiu a cantilena populista de opor o povo e a elite política corrupta, questionou a integridade do sistema eleitoral e reafirmou sua postura negacionista ao falar da “falta de comprovação científica” das vacinas contra a Covid-19. Declarou a necessidade imediata de um presidente de direita e conservador, referiu-se múltiplas vezes às ações do ministro do Supremo Tribu-

nal Federal, Alexandre de Moraes, elevando à posição de principal antagonista, e declarou seu apoio a Donald Trump nos Estados Unidos.

A ritualística característica dos eventos com o ex-presidente, com a forte carga emocional e disruptiva dos discursos, o ataque raivoso aos oponentes, a simbologia expressa nas cores e nas bandeiras, a reação do público beirando a histeria coletiva, se outrora eram tomados como sinal da força de Bolsonaro e do bolsonarismo, dessa vez pareciam indicar justamente o contrário. Em 2024, a coreografia, além de produzir material para as redes sociais e bolhas da ultradireita, soou, em alguns momentos, como tentativa desesperada de salvar o que sobrou de seu capital político.

A derrota nas urnas, em 2022, foi seguida de uma série de logros. Primeiro, a inelelegibilidade, em junho de 2023, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante reunião realizada com embaixadores no Palácio do Alvorada. Em seguida, em julho de 2024, o indiciamento devido à apropriação indevida de joias recebidas na condição de chefe de Estado. O desafio mais recente se deu no contexto da ascensão da candidatura do *coach* e influenciador digital Pablo Marçal (PRTB) à prefeitura de São Paulo. Pela primeira vez, o campo da ultradireita brasileira viu emergir uma liderança com forte presença digital que se beneficiou do terreno preparado por Bolsonaro, mas que não dependeu dele para se projetar nacionalmente. E pela primeira vez, em um conflito público entre o clã Bolsonaro e outra figura da ultradireita, os seguidores se colocaram a favor do último.

O próprio empenho de Bolsonaro na eleição de aliados nos municípios sugere uma mudança na correlação de forças. Ele sabe que qualquer possibilidade, ainda que remota, de uma possível anistia pelos crimes cometidos por ele depen-

A “comemoração” em Juiz de Fora revela mais a fraqueza do que a força política do ex-capitão



Bolsonaro "celebra"
a facada, atalho ao
Palácio do Planalto

de da eleição do maior número de aliados em 2024, visando as eleições de 2026. Segundo um levantamento recente, candidatos bolsonaristas lideram as pesquisas em dez capitais. Mas é difícil saber o quanto disso se deve ao apoio de Bolsonaro. Em São Paulo, o ex-presidente demorou a entrar na campanha de Ricardo Nunes, segundo os analistas, por temor de apostar num perdedor. Candidatos que em 2020 ou 2022 receberam seu apoio ou fizeram uma campanha estreitamente ligada ao bolsonarismo, como Capitão Wagner, em Fortaleza, e Bruno Reis, em Salvador, agora defendem suas pautas de direita e ultradireita, mas buscam se afastar de Bolsonaro. E a considerar pelas pesquisas, essa parece uma atitude acertada em vários contextos. Mesmo em capitais onde Bolsonaro teve mais votos do que Lula no segundo turno em

2022, como Belo Horizonte e Rio de Janeiro, a maioria dos eleitores, respectivamente 53% e 56%, afirmam que não votariam em um candidato apoiado pelo ex-capitão. Em São Paulo, a rejeição a um candidato ligado a ele é ainda maior, 63%.

As eleições de 2024 têm muito a dizer sobre a força da ultradireita e do bolsonarismo no País. O enfraquecimento daquele que até agora deu o tom do campo não significa, contudo, o enfraquecimento dos atores e das pautas econômicas e morais da ultradireita, apenas que eles possam ter se autonomizado de Bolsonaro, como sugere pesquisa recente de Camila Rocha, Esther Solano e Thais Pavez.

A liderança carismática depende da crença dos liderados nas capacidades extraordinárias do líder. Essa crença, por sua vez, depende de que o líder seja capaz

de realizar grandes feitos. Nesta eleição, para provar ser o ungido, o escolhido para fazer avançar o projeto da ultradireita no Brasil, Bolsonaro terá que fazer política, algo que, aparentemente, ele faz a muito contragosto. ■

"Marta Mendes da Rocha é doutora em Ciência Política, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFJF, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Nepol/UFJF. Ian Alves Ferreira e Mateus Rodrigues Jorge são cientistas sociais e mestrands em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. Ambos são pesquisadores do Nepol/UFJF.

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2024, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver: <https://observatoriodelaseleicoes.com.br>.

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)



O xis da questão

► O autoritarismo emergente dos grandes conglomerados globais é nefasto

O ministro Alexandre de Moraes, ao suspender o funcionamento do X, antigo Twitter, em todo o território nacional, deu cumprimento à Constituição. Sem o cumprimento de decisões do Supremo Tribunal Federal, sem o pagamento das multas aplicadas e sem a indicação de um representante legal, a atuação da empresa no Brasil violaria nossa Carta Magna.

Com efeito, a exploração de atividades econômicas, ainda que aparente se sujeitar meramente às regras de livre mercado e aos interesses egoísticos da iniciativa privada, é condicionada pela Constituição. Ela é o elemento responsável pela demarcação das condições e possibilidades das relações econômicas e sociais, cabendo às espécies normativas infraconstitucionais regular a atividade empresarial em busca da preservação dos legítimos interesses em jogo.

Mais especificamente, nossa ordem econômica é, dentre outros, fundada nos princípios da livre iniciativa, da propriedade privada e da concorrência, sendo assegurado o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização estatal, ressalvadas hipóteses excepcionais.

Aos referidos princípios se somam, dentre outros, o da função social da propriedade e o da redução das desigualdades sociais. Também não se pode descon-

siderar serem fundamentos da nossa República os valores sociais do trabalho, o desenvolvimento, a erradicação da pobreza e da marginalização e, ainda, a redução das desigualdades.

A proteção à liberdade individual no plano da produção e de apropriação privada não é incondicionada. Ainda que, por um lado, seja desejável a liberdade de exploração privada, bem como a geração e circulação de riquezas por ela propiciada, o desempenho da atividade econômica deve ser balizado por determinados valores. Para além da mera voluntariedade, é preciso que o ambiente de produção e de inovação se compatibilize com as exigências da Constituição.

Ademais, não há liberdade absoluta que permita aos conglomerados globais, por meio do poder econômico e daquele propiciado pela difusão de informações – e desinformações –, possa se sobrepor a determinados valores. Não deve sujeitar-se a qualquer voluntarismo a obrigação das empresas de dar cumprimento às decisões judiciais. Sem prejuízo da adoção dos meios ordinários de recorribilidade processual, cabe a elas o estrito cumprimento. Do mesmo modo, não podem furtar-se dos meios executórios constitutivos, isso por meio da ausência de um representante legal no País e, ainda, de adoção de artimanhas que visem furtar-se de multas.

Os riscos para o sistema de direitos fundamentais não emergem, na contemporaneidade, apenas de fontes estatais de poder. O autoritarismo emergente dos grandes conglomerados globais é, igualmente, nefasto.

Elon Musk, ao retirar o escritório da empresa do Brasil, mas mantendo suas ativi-

dades em pleno funcionamento, afrontou nossa Constituição. O mesmo, na realidade, pretendeu estabelecer um poder privado acima do poder do Estado, acima dos direitos e acima do sistema de garantia desses direitos que é a Constituição. Portanto, uma forma de autoritarismo privado.

O que caracteriza o autoritarismo na modernidade é quando o poder político se coloca acima dos direitos. Musk pretendeu estabelecer um poder privado exercente de um poder político acima dos direitos da Constituição e do próprio Estado. Uma espécie de um retorno à Idade Média, quando havia descentralização do poder político e de instituições distintas do Estado.

Defender a democracia e os direitos não significa defender que um poder privado possa se colocar acima da Constituição, dos direitos e das nossas instituições. Para os direitos poderem funcionar, é importante que todos se submetam à soberania estatal, que todos se submetam às nossas instituições, que todos se submetam às leis aprovadas pelo nosso povo.

O poder das redes para a formação da opinião pública em temas de sensível relevância social possui efeitos sistêmicos que impõem ao Direito específica reação. Em tempos de liberdade de expressão, de informação, de comunicação, de opinião e de autodeterminação informativa, são grandes os desafios impostos para a proteção dos direitos fundamentais. A difusão de informações de qualquer natureza e, ainda, o armazenamento de dados pessoais requer compromisso responsabilizador do poder supranacional das redes. Do contrário, o autoritarismo assumirá feições deletérias sem precedentes. Eis o xis da questão. •

redacao@cartacapital.com.br

MARIA RITA KEHL *entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS*

Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo



Recalcados

► **No passado, assim as mulheres se referiam aos assediadores, homens que mereciam o nosso desprezo**

Pretendia batizar essa coluna de "Assédio", mas me dei conta de que já escrevi uma página com esse título. Mau sinal.

Pertencio à geração que, na juventude, começou a se rebelar contra o machismo, ambiente onde o assédio é uma das manifestações mais perturbadoras. Nitem que escrevi "contra o machismo", não contra os homens. A palavra "assédio" não era comum. Quando um homem insistia em importunar uma mulher que não estava a fim dele, nos vingávamos dizendo que ele era "recalcado". Alguém que não sabia lidar com desejos e emoções. Um bobalhão cuja única superioridade em relação a nós, meninas, era a força bruta. Merecia nosso desprezo.

Na adolescência, já com corpo de mulher, fui alvo de alguns assédios. Rapazes faziam sssss com a língua, manifestação que eu percebia, confusamente, indicar desejo sexual. Vamos entrando no mundo adulto meio às cegas, mas com nesgas de compreensão: crianças sabem "apalpar" os significantes, assim como os atos que eles designam. Uma vez, na adolescência, de pé no corredor de um ônibus lotado, um rapaz começou a se esfregar em mim. Eu vestia, orgulhosamente, sapatos de salto alto. Fui uma adolescente tímida, mas a repulsa (e, nem por um segundo, o desejo) que a bolinação provocou me encheu de coragem. Nem olhei para o assediador. Dei

meio passo para trás e finquei o salto do sapato no pé dele. Deve ter doído muito. O cafajeste gemeu, não pelas razões que ele esperava, ao me abordar, e sumiu para o fundo do ônibus.

Não, caros leitores, não fiquei traumatizada. Saí da situação sentindo-me poderosa. Gosto de me lembrar que quem me ensinou esse truque foi minha avó paterna, nascida em 1901. Ao constatar que eu estava me tornando mulher, em vez de me alertar para os perigos advindos dos homens, o que poderia ter tido o efeito de me inibir além do quanto uma adolescente dos anos 70 já seria inibida, preferiu sugerir alguns truques para me proteger das investidas dos cafajestes. Temo que, a essa altura, leitoras tenham abandonado a coluna, revoltadas porque na época não tenha feito um escândalo no ônibus. Eu tinha 14 anos, era tímida, não me passou pela cabeça chamar a atenção do ônibus inteiro.

Essas lembranças vieram à tona quando soube da demissão do ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, depois da denúncia de assédio feita pela ministra Anielle Franco. Pois é, ministro, o assédio masculino não consta da declaração dos direitos dos homens.

De início, fiquei confusa e dividida em relação ao ocorrido. Não tinha informação exata sobre o que fez o ministro. Uma abordagem romântica? Uma catadupa de palavras chulas? Ou apalpadelas abusivas no corpo da colega? Gostaria que Anielle tivesse reagido com uma bronca pública que humilhasse o agora ex-ministro, de modo a que ele nunca mais repetisse a cafajestada, nem com ela nem com ninguém. Mas percebo que com esta sugestão estaria tentando proteger Silvío Almeida. O que configura paternalismo,

no meu caso, "maternalismo", em relação a um adulto em posição de poder que sabia bem o que estava fazendo e, ainda assim, achou que poderia tirar proveitos secundários de seu cargo de ministro. Pouco depois, outras mulheres o acusaram não só de importunação, mas de abuso da força física, o que configura estupro ou tentativa de. A cor da pele não exime o sujeito de ser um cafajeste.

Minha fantasia menos pessimista sobre como poderia ser o desfecho do caso vem da constatação óbvia de um elemento complicador: ambos são descendentes longínquos de africanos que não vieram para o Brasil a passeio, mas capturados como bichos, para ser explorados no trabalho escravo do Brasil colonial. Por três séculos e meio, descendentes de africanos foram abusados das piores maneiras possíveis pelos colonizadores brancos. O que inclui, além do excesso de trabalho que chegava a matar indivíduos mais fracos, abusos sexuais das mulheres africanas por parte do colonizador. Em consequência de tantos estupro, surgiu no Brasil a etnia dos/as mulatas/as: essas últimas, cantadas em verso e prosa como patrimônio nacional, tornaram-se símbolos da sensualidade brasileira, favorecendo entre nós o recalcado do crime mais duradouro cometido em nosso País.

Escrevo sem ter convicções claras. Só torço – e recomendo vivamente – para que os homens parem de sentir-se no direito de assediar as mulheres. "Olá, posso falar com você"? me parece um modo muito mais respeitoso de nos abordar. E, o que é mais vergonhoso, que patrões deixem de coagir funcionários/as, que as quais muitas vezes deixam de denunciá-los para não perderem o emprego. •

redacao@cartacapital.com.br

A censura da Meta

OPINIÃO Por que a controladora do WhatsApp insiste em silenciar a Lex?

POR PEDRO MARKUN*

Nos últimos dias, fui surpreendido por uma decisão alarmante da Meta, empresa controladora do WhatsApp: o bloqueio da Lex, a primeira inteligência artificial legislativa do Brasil que desenvolvi, com três objetivos: aproximar os cidadãos de São Paulo dos processos legislativos, promover a transparência pública e facilitar o diálogo com a vereança. Essa ação não apenas cerceia uma iniciativa inovadora e legalmente embasada, mas levanta uma questão importante sobre o poder das *big techs* e o risco de interferirem no processo democrático de um país.

A Lex nasceu da minha convicção de que a tecnologia pode e deve ser uma aliada na construção de uma sociedade mais justa e participativa. Alimentada por dados reais e atualizados, foi projetada para oferecer soluções práticas e acessíveis a todos. Enquanto esteve disponível no WhatsApp, a Lex ouviu questões de milhares de cidadãos e ofereceu respostas pertinentes sobre saúde, transporte, segurança e outros temas que impactam diretamente a vida dos paulistanos.

A Resolução 23.610 define normas claras para a propaganda eleitoral e o uso de Inteligência Artificial em campanhas. As principais diretrizes incluem a proibição de manipulação de informações, a garantia de transparência nas interações – permitindo que o eleitor saiba quando está se comunicando com uma IA – e a vedação

do uso da tecnologia para desinformar ou comprometer a integridade do processo eleitoral. Todas elas foram rigorosamente seguidas. Para ficar claro: a Lex não promove desinformação, não invade a privacidade dos cidadãos e não realiza nenhuma forma de *spam* ou comunicação invasiva. Ela responde apenas àqueles que a procuram ativamente, oferecendo informações precisas e baseadas em dados oficiais. Enquanto isso, muitas outras iniciativas menos transparentes e mais invasivas continuam operando livremente nas plataformas da Meta.

Após o bloqueio inicial da Lex, entrei em contato com a Meta, solicitando a reconsideração da ordem unilateral. Primeiro, a empresa comunicou que estava restaurando a conta, num reconhecimento implícito de que nós não violamos as políticas internas. A restauração durou pouco. Logo a censura voltou. Enviei uma notificação extrajudicial à plataforma, exigindo esclarecimentos sobre os motivos do bloqueio e solicitando a restauração definitiva da Lex. Infelizmente, até o momento, não recebi uma resposta sa-

Trata-se de uma interferência indevida no processo eleitoral brasileiro



tisfatória. Para a mídia, a empresa informou que descumprimos as tais normas.

O bloqueio expõe um paradoxo inquietante: empresas que deveriam fomentar a inovação tecnológica estão, na verdade, atuando como agentes censores. Diversos acadêmicos e especialistas em tecnologia já alertaram sobre o crescente poder das *big techs* e seu impacto na democracia e na soberania nacional. O poder dessas corporações ameaça processos democráticos ao controlar o fluxo de informações e determinar quais vozes são ouvidas.

Em seu novo livro, *Nexus*, Yuval Harari alerta que, se não pudermos influenciar o rumo que a tecnologia está tomando, estaremos abdicando de nosso papel na construção do futuro. Concordo plenamente com ele quando diz: “Se não pudermos mudar o futuro, por que perder tempo discutindo sobre ele?”

O poder desmedido das *big techs*, como a Meta e o X (antigo Twitter), tem ultrapassado fronteiras ao impor suas próprias



políticas, muitas vezes em detrimento das leis locais e do interesse público. Recentemente, testemunhamos casos em que decisões unilaterais dessas empresas interferiram em políticas de comunicação em várias partes do mundo. No caso da Lex, uma ferramenta que promove a transparência e a participação cidadã está sendo silenciada, enquanto conteúdos questionáveis e desinformação continuam a circular livremente nas mesmas plataformas.

Como programador e ativista com mais de uma década dedicada a iniciativas de transparência e participação cidadã, acredito que o bloqueio da Lex representa um retrocesso significativo. Estamos diante de uma oportunidade única de utilizar a inteligência artificial para democratizar o acesso à informação, combater a corrupção e promover uma política mais eficiente e aberta. Silenciar a Lex é silenciar a voz dos cidadãos que buscam participar ativamente do processo político.

Não podemos aceitar passivamente que interesses comerciais de qualquer *big tech* se sobreponham ao direito fundamental de acesso à informação e à participação democrática. A campanha "Lex Livre" está mobilizando cidadãos, organizações e lideranças políticas para pressionar a Meta a reverter essa decisão arbitrária. Até agora, a empresa permanece em silêncio, evidenciando um desrespeito não apenas comigo, mas com todos os cidadãos que acreditam em uma política transparente e participativa.

Convido todos os leitores de *CartaCapital* e todos os cidadãos comprometidos com a democracia a se juntarem a nós nessa luta. Assinem o manifesto #LexLivre, compartilhem essa mensagem e pressionem a Meta para que repense sua postura. A transparência e a participação cidadã não podem ser reféns das decisões unilaterais que, muitas vezes, colocam interesses comerciais acima do bem-estar coletivo.

Interferência. A Meta alega o descumprimento das regras eleitorais. O candidato diz respeitar as normas

A Lex representa mais do que uma simples ferramenta tecnológica. Simboliza a possibilidade de uma política mais próxima dos cidadãos, mais transparente e eficiente. Se não agirmos agora, corremos o risco de permitir que as decisões sobre o nosso futuro sejam tomadas sem a nossa participação. Como disse Harari, é essencial discutirmos e moldarmos o futuro, pois nele, nossas vidas e direitos estão em jogo. Não podemos permitir que essa inovação seja sufocada.

Juntos, podemos garantir que a tecnologia seja utilizada para fortalecer, e não enfraquecer, a nossa democracia. •

"Programador, ativista pela transparência e candidato a vereador em São Paulo pela Rede Sustentabilidade."



Economia



Freio à cobiça

PRIVATIZAÇÕES O sucesso da interrupção da venda de empresas públicas desidrata o discurso do mercado

POR CARLOS DRUMMOND

Agentes do setor financeiro e editorialistas de jornais se desdobraram, nas últimas semanas, em nova escalada em defesa da privatização, mas desta vez tiveram que recorrer a um discurso desidratado dados os evidentes benefícios para a população com o fim do processo de venda indiscriminada de estatais no governo anterior. A interrupção dos prejuízos causados ao País pelas empresas desestatizadas esvaziou o discurso privatista e desnudou seu caráter ideológico, movido a interesses inconfessáveis.

O ganho evidente proporcionado pe-

la estabilização dos preços dos combustíveis refinados pela própria Petrobras na maior parte do País, com o fim da dolarização do preço do petróleo praticada desde a gestão de Pedro Parente na presidência da Petrobras até o governo anterior, contrasta com os valores recordes praticados pelas refinarias privatizadas. Em abril, a Refinaria da Amazônia, vendida ao grupo Atem, comercializava gasolina com preço 15% acima do praticado pela Petrobras. Em julho, a refinaria Clara Camarão, do Rio Grande do Norte, comprada pela R3 Petroleum, vendia a gasolina mais cara dos País, 27% acima dos preços das estatais.

A sanha privatizante não se contenta, entretanto, com a campanha pela venda da Petrobras. Em editorial publicado no fim de agosto, a *Folha de S. Paulo* propôs a privatização da petroleira, da Caixa e do Banco do Brasil, com críticas a supostos projetos de retorno duvidoso, distribuição de favores e falta de lisura. Os enormes interesses camuflados no discurso privatista, abordados abaixo, não comparecem, no entanto, no editorial.

Duas semanas mais tarde, durante a inauguração do Complexo de Energias Boaventura, o maior centro de processamento de gás da Petrobras, Lula defendeu o papel de empresa pública da Petro-



Para todos. A Sana, maior feira geek do Nordeste, aposta na inclusão

Patrimônio público. Na reinauguração da Comperj, afetada pela Lava Jato, Lula criticou a venda de ativos da Petrobras

bras, que “não serve apenas para lucrar”. Trata-se do antigo Comperj, que teve a construção paralisada indevidamente em 2015, em decisão da operação Lava Jato que extrapolou a prática internacional de sanções em casos de corrupção empresarial. Além de punir indivíduos, mesmo quando não tinham ligação com a Petrobras, caso do presidente Lula, preso e depois inocentado pelo STF, a famigerada operação destruiu parte da cadeia produtiva do petróleo, cometeu inúmeras ilegalidades e prestou-se ao escandaloso aparelhamento político por parte do ex-juiz Sérgio Moro e do ex-procurador e ex-deputado Deltan Dallagnol, entre outros. No mesmo evento, Lula questionou quais benefícios a venda da BR Distribuidora trouxe à sociedade.

A privatização escandalosa da Eletrobras, um golpe do setor privado na Lei das Sociedades Anônimas e no Estado brasileiro, aumentou o risco de colapso e desabastecimento no País, que só não é maior devido à entrada de fontes renováveis adicionais no circuito da distribuição. A União tem quase 43% das ações da Eletrobras, mas no processo de privatização, totalmente manipulado pelo governo anterior e considerado um “escárnio” pelo presidente Lula, ficou com direito de voto correspondente a apenas 10% das ações. Após longas tratativas, o governo e a Eletrobras devem chegar a um acordo sobre o poder usurpado da União na empresa.

Os ataques às estatais, na mídia e nas manifestações das instituições financeiras, ressaltam sempre a importância da Embrapa, empresa pública decisiva para o avanço notável do agronegócio, mas não mencionam as catástrofes provoca-

das pela Vale após a privatização. A busca da maximização absoluta dos lucros, interligada à redução dos investimentos no aumento da segurança das barreiras de contenção de rejeitos de minérios, conduziu a 289 mortes em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, em 2019, ambas em Minas Gerais, e causou danos materiais e ambientais também irreparáveis.

No Brasil e no mundo, desde 1980, a privatização funcionou como ponta de lança para consolidar o poder do setor financeiro no coração dos Estados nacionais. Governos endividados foram forçados a vender o domínio público como uma condicionalidade em troca de crédito para evitar a inadimplência de dívidas bancárias ou dívidas externas, uma política prontamente assumida pelo Consenso de Washington.

Os principais ativos privatizados, lembra o economista Michael Hudson, professor da Universidade do Missouri, são monopólios naturais capazes de extrair renda econômica pelo aumento dos preços dos serviços públicos. Essas rendas tendem a ser pagas como taxas dedutíveis de impostos às afiliadas em centros bancários *offshore*, a fim de privar as economias anfitriãs de um retorno público sobre suas terras e patrimônio de recursos naturais ou seu imenso investimento de capital em infraestrutura, com frequência financiados por dívidas externas pelas quais os governos permanecem responsáveis. “Os defensores da privatização buscam convencer que isso será mais eficiente do que o investimento

público para fornecer serviços básicos a preços baixos. Na verdade, os países que falham na redução do custo dos serviços básicos, evitando pedágios para extração de renda financeirizada, têm um custo de vida e de negócios mais alto, tornando-se menos competitivos nos mercados globais”, sublinha Hudson em seu livro *J is for Junk Economics*.

Em relação à acusação de que estatais propiciam corrupção, o Nobel de Economia Joseph Stiglitz fez considerações irresponsáveis na coletânea *Privatization: Successes and Failures*. Disse o economista que entre as razões do impulso à privatização figuram, além de ideologia simplória e preconceitos ideológicos, sem fundamento em teoria ou evidências empíricas, o que se denomina, no jargão econômico, de “interesses especiais”. “Mesmo um processo de privatização ineficiente pode gerar grande riqueza para poucos”, disparou o Nobel de Economia.

Os críticos das empresas estatais argumentam que elas estão sujeitas à corrupção, isto é, que os funcionários do governo responsáveis por gerenciá-las muitas vezes não agem no interesse daqueles que deveriam servir ou seja, o público, sublinha Stiglitz. Mas há um problema ainda mais sério, ressaltava o economista, no próprio processo de privatização. O que está em jogo não é apenas o fluxo atual de lucros, mas o valor presente descontado dessas rendas no futuro, muito maior. Conclui-se que os incentivos para o abuso são ainda maiores. Além disso, há uma variedade de maneiras pelas quais o eventual abuso no funcionamento das estatais pode ser monitorado e controlado. Os remédios padrões se concentraram no uso de processos de licitação, mas em muitos países ficou claro que há amplo escopo para que os leilões sejam manipulados por meio da definição de regras, incluindo a “qualificação” dos participantes, destaca Stiglitz. •

Os incentivos para o abuso são muito maiores nos processos de desestatização, diz Stiglitz

Nerds engajados

EVENTO O Sana, maior feira geek do Nordeste, tem na inclusão social uma de suas bandeiras

POR ALLAN RAVAGNANI

No começo dos anos 2000, a cultura *geek* ainda era vista com preconceito no Brasil, relegada a nichos. Quanto mais distantes dos principais centros urbanos, pior. Naquela época, dois adolescentes de Fortaleza, Daniel Braga e Igor Lucena, ávidos consumidores da cultura *pop* japonesa, decidiram criar a Fundação Cultural Nipônica Brasileira para integrar outros amantes da arte oriental no Nordeste. Foi o primeiro passo para a concretização de um sonho: reunir em um só lugar gente que dividia os mesmos gostos.

Em 2001, Braga, Lucena e outros amigos de Fortaleza tiveram a ideia de promover a exibição de filmes e *animes* japoneses. Embrião do Sana, a sessão audiovisual aconteceu no auditório da universidade da capital cearense e reuniu pouco mais de cem participantes. O início tímido não inibiu a turma. Com persistência, o Sana cresceu ano a ano. O primeiro sinal de que havia algo especial no projeto veio de forma inesperada. Quando Braga e Lucena se preparavam para ultrapassar as fronteiras cearenses e conquistar o Sudeste, um e-mail de uma professora de uma escola pública do interior do estado chegou aos organizadores. Uma turma de alunos, informava a docente, havia feito um trabalho sobre a feira. Acendeu-se aí uma luz. Os jovens

empreendedores tiveram então a ideia de distribuir entradas gratuitas a estudantes de escolas públicas. O gesto parecia uma pequena contribuição até ocorrer um segundo episódio marcante. Em uma palestra, um garoto pediu para tirar uma foto com Braga. "Ele queria a foto porque a professora disse que eu era quem tinha dado os ingressos, e aquela experiência havia sido o dia mais feliz de sua vida", lembrou. Nesse momento, outro evento canônico e a epifania: o Sana mirava o público errado. Em vez da expansão nacional, o melhor seria buscar o enorme público desassistido em casa, no Nordeste.

Os organizadores assumiram um compromisso mais amplo a partir daquele momento. Fecharam parcerias com o estado e municípios para garantir a entrada gratuita para qualquer estudante da rede pública. A inclusão passou a ser uma bandeira, com a criação de iniciativas como o projeto Geek em Ação, que em 2024 levou mais de 60 mil jovens das periferias ao evento. "O Brasil, que viu uma geração

crescer sob a sombra das desigualdades, encontrou no Sana uma porta aberta para a cultura *pop*, tecnologia, entretenimento e empreendedorismo", afirma Braga.

Com o passar dos anos, o Sana se consolidou como o maior evento multimídia de cultura *pop* e *geek* do Norte e Nordeste, e o segundo do Brasil. Dos mais de 150 mil visitantes anuais, cerca de 70% vivem em Fortaleza, enquanto 30% vêm de outras regiões. O objetivo, segundo Braga, é aumentar essa participação para 50%, ampliando as colaborações com os institutos federais e universidades públicas.

O impacto não é apenas cultural. Nos últimos dez anos, com mais de 25 edições realizadas, o Sana movimentou cerca de 200 milhões de reais na economia de Fortaleza. A próxima edição acontece em janeiro de 2025, e o grupo organizador recuperou a ideia de levar o festival a outros estados. Enquanto isso, a Fundação FCNB planeja perenizar as atividades da feira com a criação de cursos e projetos de longa duração.

O formato atraiu novos apoiadores. A Federação do Comércio do estado identificou o potencial do evento e se tornou uma das patrocinadoras. Muitos dos expositores são pequenos comerciantes que produzem artesanalmente artigos como quadros, bonecos e jogos, gerando impacto econômico local. "Temos a Vila dos Artistas, com 120 expositores cadastrados para vender seus produtos artesanais que eles criam, desde desenhos, trabalhos manuais, quadrinhos, todo tipo de arte ligada a histórias e personagens. Outro tipo de empreendedorismo que promovemos são as feiras de estande, 60 pequenos empreendedores que vendem artigos da cultura *geek*. Do total, perto de 70% são aqui do Ceará. Na parte da Vila dos Artistas, eles chegam a movimentar até 5 mil reais nos três dias do evento. São cerca de 120 mesas", informa Braga.

Neste ano, o evento garantiu a entrada gratuita de cerca de 60 mil jovens carentes



A diversidade sempre foi um pilar do Sana, que, de maneira natural, tornou-se um ponto de encontro para diferentes grupos, e a organização se esforça para garantir um ambiente seguro e livre de preconceitos. Em 2015, percebeu-se, por exemplo, que os fãs de Harry Potter não tinham um espaço próprio. Em resposta, criou-se uma sala temática dedicada ao universo bruxo. O mesmo ocorreu com outras franquias, como Star Wars e Dragon Ball. A iniciativa dos fãs também moldou o evento. Um grupo criou o espaço Black Heroes, que debate, expõe e comercializa itens relacionados a super-heróis negros.

Em 2013, o evento mudou-se para o Centro de Exposições do Ceará, o maior da América Latina em termos de moder-

nidade e o segundo maior do Brasil em área útil, com 76 mil metros quadrados. O Sana foi o responsável por inaugurar o espaço. A mudança trouxe mais visitantes, além da inclusão de novas atividades. Entre arenas e salas temáticas, os participantes encontraram espaços que iam do karaokê ao fliperama, com destaque para concursos de *cosplay* e *k-pop*.

A essência do festival permanece, no entanto, a mesma: celebrar a paixão pelo universo *geek*, seja um herói de mangá ou uma saga galáctica, assim como Naruto, que sempre exaltou os esforços coletivos e os sonhos compartilhados. Na história, o protagonista, Naruto Uzumaki, sempre acreditou que poderia realizar seu sonho, mas isso só foi possível com o apoio dos amigos e aliados. ■

Expansão. Realizado no Centro de Exposições do Ceará, o festival recebeu 150 mil visitantes na última edição. Portas abertas a todos, diz Braga



Sobre Ernesto Geisel

DESENVOLVIMENTO Os méritos do general e algumas comparações com Lula

POR PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Retomo um ponto do artigo que publiquei recentemente em homenagem aos 70 anos do suicídio de Vargas (*Getúlio, 70 anos da morte*, 28/08/2024). Nesse artigo, causou surpresa, quando não repulsa, a referência ao general Ernesto Geisel como um dos quatro grandes presidentes da República da nossa história, junto com Getúlio, Lula e Juscelino Kubitschek.

Prometi explicar a inclusão de Geisel nessa pequena lista, pois sabia que ela seria polêmica. Estou aqui cumprindo a promessa.

O tema é vasto e o espaço, curto. Vou abordar sucintamente alguns aspectos da dimensão econômica do seu governo, que foi de março de 1974 a março de 1979, e deixar para a versão *online* uma discussão mais extensa da economia e incluir, também, as dimensões de política interna e de relações internacionais do Brasil nesse período. Os méritos da presidência Geisel são muitos e me parecem inegáveis, mas não deixarei de apontar pontos fracos. Farei comparações com o governo Lula e outros governos brasileiros anteriores e posteriores a Geisel.

Nacional-desenvolvimentismo no governo Geisel

Geisel foi um presidente desenvolvimentista e nacionalista, mais do que qualquer

outro da ditadura militar. E mais do que qualquer outro dos presidentes da República que vieram depois – com as exceções de Lula e Dilma, esta última, sem grande sucesso. Geisel retomou, assim, a tradição de Getúlio e JK.

No seu período de governo, destacou-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento, baseado na ampliação e diversificação do parque industrial brasileiro, especialmente do setor de bens de capital. Era um Brasil que confiava em si mesmo e no seu potencial de desenvolvimento. Havia muitos problemas não resolvidos e que sequer foram realmente enfrentados – em especial, a péssima distribuição de renda e riqueza –, mas a economia crescia rapidamente e gerava empregos. O PIB cresceu 7% ao ano em média no período de 1974 a 1978, resultado nunca igualado nos governos posteriores.

O II PND se baseava no chamado tripé – o Estado, o setor privado nacional e o setor privado estrangeiro. Era uma economia mista com forte presença das

empresas estatais, mas aberta ao capital estrangeiro. Houve, também, apoio sistemático à indústria privada nacional, por meio do BNDE e outros instrumentos. O banco atuava com entusiasmo no cumprimento da missão de apoiar o desenvolvimento de setores estratégicos da economia nacional. E ressaltar: o apoio era a empresas nacionais. O comando e, sobretudo, o corpo técnico do BNDE resistiam ferozmente a qualquer tentativa de empresas estrangeiras se travestirem de nacionais para obter financiamento de longo prazo a taxas favorecidas junto ao banco.

A essa altura do texto, já se percebe por que economistas nacional-desenvolvimentistas têm razões de sobra para apreciar o que foi feito no período Geisel. Compare, leitor ou leitora, com o que aconteceu em governos posteriores em matéria de compromisso com o desenvolvimento! Compare com o último da ditadura militar, o governo Figueiredo, e com o governo Sarney! Já nem peço para comparar com os governos antinacionais de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No governo Lula II e no Dilma I, a tradição nacional-desenvolvimentista foi retomada, com bem menos sucesso no caso de Dilma. Lula III faz agora nova tentativa, depois dos fracassos dos governos Dilma II, Temer e Bolsonaro.

A bem da verdade, entretanto, é preciso ressaltar que as enormes dificuldades dos governos Figueiredo e Sarney resultaram, em parte, de erros estratégicos cometidos no governo Geisel. Diante do primeiro choque do petróleo, em 1973, numa época em que o Brasil era muito dependente das importações desse produto, o governo permitiu que a perda de termos de troca se refletisse em desequilíbrios no balanço de pagamentos em conta corrente e acentuado aumento

O II PND se baseava no tripé Estado, setor privado nacional e setor privado estrangeiro



Conselho. Quando havia uma questão econômica importante, Geisel juntava Simonsen, Velloso e Gomes, ouvia os argumentos e tomava as decisões

te tenha dentro do governo acesso a mais de uma opinião em matéria econômica. Lamentou que o seu sucessor, o general Figueiredo, tenha ficado na mão de um só superministro da economia, Delfim Netto. Geisel lembrou, por contraste, que ele contava com três vozes independentes entre si: Mario Henrique Simonsen na Fazenda, João Paulo Velloso no Planejamento e Severo Gomes na Indústria e Comércio. Quando havia uma questão econômica importante, ele juntava esses ministros, abria um debate, ouvia os argumentos, as concordâncias e discordâncias – e então tomava ele mesmo as decisões.

Lula segue uma abordagem diferente. Só tem Haddad como ministro influente e de confiança para questões econômicas. Talvez ele devesse criar, como sugeriu o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, uma assessoria especial da Presidência, no Palácio, nos moldes do Council of Economic Advisors da Presidência dos Estados Unidos. Ela poderia funcionar como a assessoria especial para assuntos internacionais, comandada pelo ex-ministro Celso Amorim, que conta com uma equipe de diplomatas para auxiliá-lo.

Em suma, a questão é controversa, sem dúvida. Fiz aqui considerações econômicas, que são mais desenvolvidas na versão *online* deste artigo. Essas considerações, aliadas às de natureza política e internacional, também abordadas na versão *online* e que são tão importantes quanto as de economia, não me deixam dúvida de que cabe, sim, incluir Geisel no rol dos maiores presidentes da República da nossa história. ■

da dívida externa líquida do País. Deu-se então a famosa “reciclagem dos petrodólares”, realizada por bancos comerciais privados, que levaria à crise da dívida externa da década de 1980.

Meu encontro com Geisel e comparações com Lula

Mesmo assim, os méritos do governo Geisel na área econômica me parecem claros. O presidente Geisel tinha certa sabedoria na condução dos temas econômicos. Tive o privilégio de conhecê-lo por volta de 1979–1980. Já ex-presidente, ele veio almoçar na casa do meu pai onde ficamos os três conversando. Eu, com

24 ou 25 anos, praticamente não dei um pio, limitando-me a fazer algumas perguntas. Da conversa ficaram duas coisas importantes na minha memória.

Primeira, referindo-se à forma de lidar com o Ministro da Fazenda, Geisel frisou que, em todo governo, todos os ministros querem gastar e só um, o da Fazenda, quer economizar. E cabe ao presidente, disse ele, prestigiar esse um – sob pena de colocar o governo a perder. Assim faz o presidente Lula, que sempre apoia o ministro Haddad.

Segundo aspecto da conversa, esse não presente no governo Lula: é imprescindível, destacou Geisel, que o presiden-

Internet segura

SAIBA COMO SE PREVENIR DE FRAUDES E GOLPES VIRTUAIS, CADA VEZ MAIS COMUNS

POR ROBERTO ROCKMANN

Com 164,5 milhões de habitantes ligados à internet, o equivalente a 88% da população, o Brasil é um dos países mais conectados do planeta e mais presentes na rede. Em média, são cinco horas por dia. O número de celulares ultrapassa a marca dos 250 milhões e o aparelho tornou-se a principal forma de acesso dos brasileiros. A conectividade reflete-se de várias formas, seja por meio de transações bancárias, seja por compras online. O cenário reforça a importân-

cia do uso seguro da internet e da proteção diante das crescentes ameaças.

Os brasileiros realizaram em 2023 quase 42 bilhões de transações via pix, alta de 75% em relação ao ano anterior. O pix é atualmente o principal serviço de transferência bancária do País. O valor médio das transações é de 420 reais, segundo a Federação Brasileira de Bancos, com base em levantamentos divulgados pelo Banco Central e pela Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços. O comércio eletrônico tem, por

seu lado, crescido de forma exponencial. No ano passado, o setor movimentou 196,1 bilhões de reais, aumento de 4% em relação a 2022. Desde 2016, o e-commerce brasileiro mais do que quintuplicou de tamanho.

A revolução digital coincide com o avanço de fraudes e ameaças no universo virtual. De acordo com dados do BC, foram aplicados 2,5 milhões de "golpes do pix" no Brasil em 2023. O número de estelionatos segue uma tendência de alta. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, foram 1,9

ISTOCKPHOTO

Principais ameaças à segurança na internet

Phishing

Golpistas criam páginas falsas para roubar informações pessoais, como senhas e dados bancários.

Malware

Softwares maliciosos, como vírus, podem infectar dispositivos, comprometendo a privacidade e segurança dos usuários.



Wi-fi não seguro

Redes públicas e desprotegidas podem expor os usuários a ataques de interceptação de dados.



Falsas atualizações de software

Softwares disfarçados de atualizações podem levar à instalação de programas prejudiciais nos dispositivos.

Golpes aplicados por criminosos

Criminosos utilizam diferentes estratégias, como telefonemas

fraudulentos, envio de mensagens em aplicativos, oferecimento de formas de ganhar dinheiro rápido para enganar as pessoas e obter informações pessoais ou financeiras.



Dicas de segurança para navegar na internet

Manter softwares atualizados

Manter seu sistema operacional, navegadores e aplicativos sempre atualizados é importante para corrigir vulnerabilidades de segurança.

milhão no ano passado, o equivalente a um golpe a cada 16 segundos. Os quase 2 milhões de registros representam aumento de 8,2% na comparação com os dados de 2022. A criminalidade cresceu durante a pandemia de Covid-19. O isolamento social levou grupos criminosos a trocar os roubos e furtos presenciais por golpes virtuais. "A incorporação quase que absoluta de *smartphones* na vida cotidiana da imensa maioria da população brasileira é um exemplo de transformação digital que tem mudado a forma das interações entre Estado e sociedade e dos indivíduos entre si", analisa o documento. Os aparelhos celulares são a porta de entrada para uma série de delitos em ascensão. Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, o aumento de estelionatos virtuais e furtos de celulares ganharam tração em 2023, enquanto os registros de roubos a bancos e estabelecimentos comerciais caíram 30% e 18,8%, respectivamente.

Não são apenas as pessoas físicas vítimas de golpes virtuais. Recente pesquisa encomendada pela Mastercard ao Datafolha revelou que 64% das empresas são alvo de fraudes e ataques digitais com média ou alta frequência, crescimento de 7% se comparado com a primeira edição, divulgada em 2021.

Os dados mostram que a cibersegurança é considerada muito importante para mais

de 84% das companhias, mas não é uma prioridade no orçamento de 23%.

As ameaças cada vez mais presentes e um consumidor cada vez mais conectado têm levado a um crescimento no mercado de seguros. Levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras revelou que a procura pelo seguro de Riscos Cibernéticos cresceu 880% nos últimos cinco anos, dos 20,7 milhões de reais de 2019 para 203,3 milhões em 2023. Em comparação com 2022, o avanço foi de 17,1%. O seguro de Riscos Cibernéticos oferece proteção contra danos diretos ocasionados por ataques que geram perdas materiais, imateriais e de conteúdo informacional, como vazamento de dados. Além disso, pode ser utilizado para cobrir reclamações decorrentes de uso indevido de informações e violação da privacidade e dos direitos de propriedade intelectual.

O grupo Kovv, formado por uma seguradora de ramos gerais (Kovv Seguradora), uma de previdência (Kovv Prev) e outra de capitalização (Kovv Cap), tem buscado crescer com uma estratégia de democratização dos seguros no País. Com mais de 50 anos de história, cerca de 1,9 bilhão de reais em faturamento e o suporte financeiro de um grande banco, o grupo busca ampliar a oferta de produtos para facilitar a vida dos consumidores em diferentes faixas de renda. Um exemplo são os seguros contra per-

da e roubo de cartão, para celular e o seguro *cyber* pessoa física, modalidades que a empresa oferece a partir de 4,90 reais por mês.

A seguradora visa ainda diversificar a carteira com outro produto inovador, o Seguro Viva + Protegido, que combina seguro de vida física com seguro para a vida digital *cyber* dentro de um mesmo pacote. No Vida Física, o cliente tem Seguro de Vida com uma cobertura de até 300 mil reais. O plano inclui assistência funeral, hospitalização, invalidez por acidente (total ou parcial) e um cartão saúde, com assistência saúde, médicos, tabelados e consultas *online*. Já o Vida Digital combina dois produtos, o Seguro Cyber e o Seguro Pix & Conta. O Cyber garante uma indenização se o segurado for vítima de ataques cibernéticos que gerem prejuízos financeiros, de acordo com os riscos cobertos disponíveis. Também conta com diversos serviços preventivos, como monitoramento de dados e vulnerabilidades, antivírus BitDefender gratuito, além de auxílio de especialistas em *cyber* segurança sempre que necessário, sem custos adicionais. O Seguro Pix & Conta protegida, por sua vez, reembolsa o segurado em caso de prejuízos financeiros decorrentes de transações indevidas (inclusive *pix*) na conta digital por terceiros sob coação, após perda/roubo do *smartphone* e de roubo ou furto qualificado após o saque.

Utilizar senhas fortes e únicas

Criar senhas fortes e diferentes para cada conta é uma barreira eficiente contra ataques. Não repasse senhas para estranhos.

Esteja atento a todas mensagens

Desconfie de e-mails, mensagens e links suspeitos. Verifique cuidadosamente a autenticidade das mensagens, especialmente aquelas que solicitam informações pessoais ou financeiras. Nunca clique em links desconhecidos e evite fornecer informações sensíveis sem verificar a legitimidade da solicitação.



Use conexão segura

Ao acessar a internet em locais públicos, evite utilizar redes Wi-Fi abertas e não seguras.

Faça backup regularmente

Manter cópias de segurança dos seus dados é crucial em caso de ataques de ransomware ou perda de informações.



Ative a autenticação de dois fatores (2FA)

Isso adiciona uma camada extra de segurança, exigindo uma segunda forma de autenticação além da senha.

Utilize software antivírus

Instale e mantenha um software antivírus atualizado em seus dispositivos.

Proteja-se contra golpes aplicados por criminosos

Nunca forneça informações pessoais ou financeiras por telefone sem verificar a autenticidade da chamada. Além disso, desconfie de ligações urgentes e solicitações de informações sensíveis. Consulte fontes oficiais para confirmar a legitimidade de pedidos de informações.





O ódio será sua herança

EUA Donald Trump, que não se cansa de disseminar a histeria coletiva, esteve novamente na mira de um atirador

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Uma nova tentativa de assassinato. O mesmo alvo e mais uma vez falhas grotescas do serviço secreto. As eleições dos Estados Unidos estão marcadas por uma sucessão de bizarrices, apimentadas por teorias da conspiração, xenofobia, mentiras, troca de candidato aos 45 minutos do segundo tempo e, como se fosse pouco, ameaças de bomba e duas tentativas de homicídio do ex-presidente Donald Trump.

A primeira, em 13 de julho, durante um comício na Pensilvânia, deixou dois mortos, incluindo o autor dos disparos, e atingiu de raspão a orelha do candidato republicano. A segunda, no domingo 15, enquanto Trump jogava golfe com amigos em seu clube, na Flórida. O suspeito, Ryan W. Routh, de 58 anos, não chegou a atirar, mas estava a menos de 400 metros do ex-presidente. Foi descoberto quando um agente que patrulhava o local avistou um cano de rifle a sair de uma cerca na direção de Trump.

Routh escapou dos tiros dos seguranças, mas acabou detido 45 minutos depois e, sem reagir, disse aos policiais que sabia o motivo da prisão. Além de um rifle se-

miautomático com mira, estilo AK-47, e duas mochilas recheadas de ladrilhos de cerâmica penduradas na cerca, os investigadores do FBI encontraram uma câmera de vídeo, e disseram acreditar que o suspeito pretendia filmar o ataque.

Cinco dias antes, Trump havia afirmado no primeiro e provavelmente único debate com Kamala Harris que imigrantes haitianos comiam cães e gatos em Springfield, em Ohio. No dia seguinte, ameaças de explosão em escolas e prédios públicos dispararam na cidade de pouco mais de 58 mil habitantes e deixaram a comunidade em pânico. Mais agressivo, xenófobo e desagregador do que nas eleições anteriores, o republicano elevou a outro patamar a histeria coletiva. Não espanta, portanto, os efeitos colaterais da retórica agressiva.

Pouco se sabe, até o momento, sobre

Routh. Em 2023, em entrevista ao *The New York Times*, o atirador afirmou-se disposto a lutar e morrer na Ucrânia. Em postagens em redes sociais, revelou ter votado em Trump em 2016, mas se arrependido. Classificou a escolha como “erro terrível”. Neste ano, apoiou a chapa republicana Nikki Haley-Vivek Ramaswamy. Nos últimos anos, tinha como moradia no Havaí um automóvel. Empreiteiro de construção civil com extensa ficha criminal, foi descrito pelo filho, Oren, como um “um bom pai e um trabalhador esforçado a vida toda”. Na segunda-feira 16, durante audiência de oito minutos, os promotores o enquadraram em duas acusações: posse de arma de fogo por um criminoso condenado e posse de arma de fogo com número de série raspado. Investigadores ainda não sabem como o suspeito descobriu a localização de Trump e se ele teria agido sozinho.

As perguntas não param por aí. Dez dias após o primeiro ataque, a então diretora da agência de segurança, Kimberly Cheatle, não resistiu à pressão de republicanos e democratas e renunciou ao cargo. À época, um comunicado afirmava que o órgão empenhado em descobrir “o que aconteceu, como aconteceu e como podemos evitar que um incidente como esse aconteça novamente”. Pelo visto, o esforço não saiu do papel. Se em julho agentes do serviço secreto identificaram o atirador Thomas Matthew Crooks antes mesmo de os tiros serem disparados, mas falharam em contê-lo, agora a equipe deslocada para proteger o ex-presidente admitiu não ter feito uma varredura na área onde Trump estava e o suspeito, acredita-se, ficou à espreita por quase 12 horas. De acordo com seguranças, o ex-presidente teria comunicado a decisão de jogar golfe em cima da hora e por isso não houve tempo hábil de vistoriar o local.

Routh, o suspeito, declarou-se arrependido de votar no republicano

TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO

The Observer. Começa o processo que irá definir o futuro do império de Murdoch



Segundo o *The New York Times*, o diretor interino da agência, Ronald Rowe Jr., se reuniu com Trump e sua equipe de campanha 24 horas após o ataque. Sob clima tenso e muita pressão, Rowe foi questionado pelo próprio ex-presidente se era seguro para continuar a jogar golfe. O diretor explicou as dificuldades de proteger campos extensos perto de estradas públicas e que seriam necessários arranjos e planejamento de segurança adicionais significativos se ele quisesse continuar a manter a rotina.

Como todo ex-presidente, Trump tem direito de receber proteção. Na segunda 16, enquanto falava com repórteres do lado de fora da Casa Branca, Biden disse que “o serviço secreto precisa de mais ajuda” e acrescentou que

Emboscada. Routh, com histórico de violência, estava de tocaia no campo de golfe de Trump



pediu ao Congresso mais recursos à agência. Em um *post* no X no domingo 15, Harris declarou-se “profundamente perturbada” com o episódio. “À medida que reunimos os fatos, serei clara: condeno a violência política. Todos nós devemos fazer a nossa parte para garantir que este incidente não leve a mais violência”. Na terça-feira 17, a candidata democrata foi, porém, mais firme e, durante encontro com integrantes da National Association of Black Journalists disse ter total confiança no serviço secreto e se sentir segura. Resaltou ter o privilégio da proteção do governo e “uma sensação de segurança que não se estende a comunidades vulneráveis, como Springfield, e mulheres que perderam seus direitos reprodutivos”.

Mais tarde, durante um comício em Michigan, na noite da terça-feira 17, Trump reforçou que o incidente não o afetou, mas que os eleitores “fazem essa pergunta com frequência, e eu tento não pensar nisso”. Disse também que tanto o presidente Joe Biden, como a vice-presidente Kamala Harris foram “muito gentis” em suas ligações. “Ele foi tão legal comigo. De certa forma, eu meio que queria que a ligação não tivesse sido feita porque eu me sinto um pouco... ele é tão legal. Sinto muito pelo que aconteceu e tudo isso. O mesmo com Kamala. Ela não poderia ter sido mais simpática.”

Seu companheiro de chapa, JD Vance, ainda não parece ter entendido o que se passa no país. Ao lado de Trump, encorajou a violência e insistiu que os líderes democratas são responsáveis por estimular as tentativas de assassinato do ex-presidente. “Com quase 500 patriotas no estado de Michigan neste prédio agora e do lado de fora, eu gostaria de ver um assassino tentar entrar nesta sala. Eles vieram ao lugar errado se você tentar entrar neste lugar agora.”

Dupla punição

TheObserver A cobertura dos casos de abuso sexual terminam, em geral, por criminalizar as vítimas

POR YVONNE ROBERTS

Dominique Pélicot está em julgamento na França pela acusação de drogar sua ex-esposa, Gisèle, e filmá-la enquanto era estuprada por desconhecidos recrutados numa plataforma de bate-papo já extinta. Cinquenta outros homens com idades entre 26 e 74 anos também são acusados. Os detetives não conseguiram identificar e localizar mais de 30 outros que foram gravados. O ex-eletricista de 71 anos foi chamado de “o Monstro de Avignon”. Até o momento, não há um apelido para os muitos moradores que teriam visitado a casa no vilarejo de Mazan, entre eles um bombeiro, um enfermeiro e um jornalista, “homens comuns”.

Corajosamente, Gisèle Pélicot, 72 anos, renunciou ao direito ao anonimato para buscar justiça para todas as mulheres vítimas de voyeurismo, estupro com uso de drogas e vigilância secreta, um trio de crimes profanos que pode transformar uma casa “inteligente” do século XXI em uma câmara de horrores. Alguns dos acusados alegam que ela deu consentimento, um ponto no cerne da maioria dos estupros. “Eu era uma mulher morta”, disse ela calmamente num depoimento eletrizante no tribunal criminal de Avignon. “Aqueles pessoas sabiam exatamente o que estavam fazendo... Elas me trataram como uma bone-

ca de pano.” Pélicot disse ao tribunal que seu comportamento calmo escondia “um campo devastado”.

Ela é um desafio isolado aos vários mitos que cercam o estupro e obscurecem a realidade. Neste caso, a cobertura tem sido até agora incansável, mas contida, talvez pelo fato de a vítima estar na casa dos 70 e ser avó, “não do tipo comum”. Contida, isto é, fora uma manchete, rapidamente alterada após protesto, no *Daily Telegraph* que originalmente dizia: “Esposa vinga-se publicamente dos homens que ‘a estupraram todas as noites por ordem do marido’”. Vingança ou justiça? A escolha das palavras importa.

Em 26 de setembro, a coalizão End Violence Against Women (EVAW – Fim da Violência Contra as Mulheres) publicará um artigo oportuno e importante, *Reporting on Rape, Changing the Narrative* (Reportagens Sobre Estupro – Mudando a Narrativa). É um guia para os meios de comunicação, mas tem uma re-

levância maior. “A forma como a mídia relata a violência contra mulheres e meninos tem consequências na vida real, moldando nossas atitudes e crenças coletivas sobre essa violência”, diz Andrea Simon, diretora-executiva da EVAW. “O mau jornalismo reforça a culpabilização da vítima, estereótipos prejudiciais e atitudes que toleram e normalizam o estupro... o bom jornalismo pode ajudar a lidar com essas atitudes e promover a mudança.”

A lei define como estupro quando um homem intencionalmente coloca seu pênis na vagina, ânus ou boca de outra pessoa sem o consentimento desta ou sem acreditar razoavelmente que ela deu consentimento. Oito em cada dez estupros não são denunciados à polícia. Muitas mulheres dizem que não comparam sua própria experiência ao que leem na mídia. Por quê?

O artigo da EVAW se baseia num exame de 12 anos de reportagens de estupro na imprensa britânica, de 2008 a 2019, publicado no ano passado e conduzido por Alessia Tranchese, uma palestrante em Comunicação e Linguística Aplicada na Universidade de Portsmouth (Reino Unido). Ela usou uma metodologia que envolve análises de linguagem baseadas em computador. Tranchese mapeia como o estupro violento, de “perigo de estranho”, e o estupro pelo “outro”, o desviante, dominam a cobertura: “monstros” como Josef Fritzl, condenado à prisão perpétua em 2009, que manteve sua filha, Elizabeth, encarcerada num porão durante 24 anos, onde ela deu à luz sete filhos, e o “monstro do tráfico sexual” Jeffrey Epstein. Em 90% dos estupros a vítima conhece, porém, o perpetrador, e uma em cada três vítimas é estuprada em sua própria casa. Tranchese diz que celebridades e homens brancos bem-sucedidos acusados de agressão sexual e estupro também costumam ser tratados de

O drama de Gisèle Pélicot será capaz de mudar algo no comportamento da mídia



Pélicot decidiu
expor-se em nome
de uma causa

forma mais branda na mídia, suas ações são minimizadas pelo foco em suas carreiras e as vítimas são marginalizadas.

Algumas atitudes em relação ao estupro mudaram. Em janeiro, o Ministério Público da Grã-Bretanha divulgou suas descobertas de pesquisas sobre a compreensão pública do estupro. A maioria reconhece que ainda pode ser estupro se a vítima não resistir e o ato acontecer em uma parceria íntima. Mas apenas 39% sabiam que a maioria dos estupradores conhece suas vítimas. Particularmente preocupante é “a regressão alarmante nas atitudes dos jovens”: aqueles entre 18 e 24 anos são mais propensos a espalhar mitos sobre estupro. A cobertura da mídia sobre Andrew Tate e seu irmão, Tristan, vem à mente. Tranchese

diz que o estereótipo de “pedir por isso” com uma saia curta foi substituído por duvidar da credibilidade da mulher estuprada. Segundo a promotoria britânica, apenas 0,6% das denúncias são falsas, mas o assunto ocupa a mídia.

As mulheres não se apresentam porque não esperam que acreditem nelas. A Organização Independente de Padrões de Imprensa oferece orientações sobre como reportar crimes sexuais, mas não “busca limitar a linguagem que os jornalistas podem usar”. A EVAW, com razão, exige “padrões mais altos definidos pelos reguladores da imprensa”. “Sabemos que jornalistas frequentemente sofrem pressão para produzir grande quantidade de conteúdo de forma que gere engajamen-

to, mas é preciso que os veículos de mídia sejam motivados a fazer melhor”, diz Simon. Por exemplo, o uso de “suposição” implicando dúvida – como em “suposto estupro”, “suposta vítima” – poderia ser substituído pelo neutro “relatado”. E por que escrever que os acusados negam “veementemente” o estupro?

Trinta estupradores denunciados, sem serem detectados, seguem livres em Mazan e nas aldeias próximas – o marido, o filho, o vizinho de alguém. Ainda assim, Louis Bonnet, prefeito de Mazan, tentou atenuar seus crimes. “As pessoas aqui dizem: ‘Ninguém foi morto’”.

A esta altura, essa história repelente deveria ter chegado ao fim. ♦

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Segredo de família

TheObserver Começa, de forma sigilosa, o processo que irá definir o futuro do império midiático de Rupert Murdoch

POR EDWARD HELMORE

O drama da sucessão na família Murdoch acaba de entrar em nova fase num tribunal de Reno, estado norte-americano de Nevada. O patriarca Rupert provavelmente afirmará que os planos de três de seus filhos para modificar o modelo de negócios do império de comunicação e notícias irão prejudicar os interesses dos acionistas da Fox Corp. Infelizmente para quem acompanha o intenso e labiríntico drama familiar, que inspirou em parte a série fictícia *Succession* da HBO e muitas de suas tramas, os argumentos e depoimentos dessa amarga disputa não serão feitos diante do público. O juiz David Hardy, de Nevada, recusou o pedido de uma coalizão de empresas de mídia para retirar o sigilo do caso, obscuretamente chamado de Doe 1 Trust, PR23-00813. Hardy escreveu: "Um fundo familiar como o que está em questão, mesmo quando é acionista de empresas de capital aberto, é essencialmente um acordo jurídico privado, como reconhecem os estatutos de sigilo aplicáveis".

Detalhes provavelmente vazarão, como aconteceu em julho, quando o jornal *The New York Times* obteve documentos relacionados ao pedido de Murdoch para alterar, ou "decantar", um fundo irrevogável criado para passar o controle acionário do império Fox Corp. para os quatro filhos de seus dois primeiros ca-

samentos – Prudence, James, Elizabeth e Lachlan – após sua morte.

Murdoch quer dar todo o poder de voto a seu filho mais velho, Lachlan. Se esse plano for aceito, os outros filhos adultos de Murdoch perderão o poder de voto. O ponto para a maioria dos observadores é que Lachlan é o mais alinhado politicamente ao pai, de direita, enquanto os outros irmãos expressaram reservas sobre a direção das empresas, especialmente durante a ascensão e queda – e possível nova ascensão – de Donald Trump.

Murdoch precisa convencer o comissário de sucessões de Nevada, Edmund Gorman, de que dar poderes ao presidente e CEO da Fox Corporation, Lachlan, para administrar a companhia sem interferência dos irmãos e manter seu viés conservador preservará o valor comercial da News Corp. para todos os seus herdeiros, incluindo duas filhas – Chloe e Grace – que ele teve com sua terceira esposa, Wendi Deng.

Rupert Murdoch, 93 anos, anunciou

há um ano a decisão de deixar o cargo de presidente da Fox Corp. e da empresa de jornais News Corp. e entregar as rédeas a Lachlan. Isso aconteceu três anos depois de ele ter obtido um preço de 71 bilhões de dólares da Disney pela 21st Century Fox, focada em entretenimento, com os quatro beneficiários principais a receber 1 bilhão de dólares cada dos lucros da venda. Em termos de tino comercial, Lachlan tem a seu favor o serviço de *streaming* Tubi, que a Fox comprou por 440 milhões de dólares em 2020 e recusou uma oferta não solicitada de 2 bilhões três anos depois. Lachlan discutiu um novo pacote esportivo, o Venu, em parceria com Disney, Warner Bros. Discovery e Fox, que, segundo ele, foi "criado totalmente para os que cortaram a TV a cabo e os que nunca a tiveram".

James Murdoch, que fez doações para grupos políticos progressistas, renunciou ao conselho da News Corp em 2020, citando divergências sobre o conteúdo editorial. Também criticou a mídia estadunidense por amplificar a desinformação sobre os resultados das eleições de 2020, que Trump alegou falsamente e repetidas vezes que foram "fraudados", afirmação reforçada por analistas da Fox News. Ele recentemente pôs seu nome em uma carta de 88 líderes empresariais endossando Kamala Harris para presidente.

Se o caso de Nevada trata de garantir o futuro valor da empresa familiar, o argumento principal se concentra na direção política da Fox e da News Corp, que inclui a Fox News, a Fox Nation, o *Times* de Londres, o *Wall Street Journal*, o *Australian* e o *New York Post*.

No caso da Fox News, um eterno pesadelo da esquerda política, o argumento de Murdoch pareceria simples: seu sucesso e poder dependem de ser de direita. Conforme suas próprias estimativas, a rede conta 1,3 milhão de espectadores na programação diurna, superando a CNN em

O magnata prefere colocar no comando o filho Lachlan, com quem compartilha afinidades políticas



Herdeiro. Murdoch tem em Lachlan a garantia de que o conglomerado continuará a ser um braço da extrema-direita mundial. A opção política garante bilhões à família



176% e a MSNBC em 58% em audiência total. No horário nobre, quando as redes de notícias a cabo mudam para transmissão de opiniões, a Fox News teve média de 2 milhões de espectadores, ou uma vantagem de 267% sobre a CNN e uma vantagem de 77% sobre a MSNBC. Em termos de receita, os 3 bilhões de dólares da Fox News foram o dobro da CNN e dois ter-

ços a mais que os da MSNBC, com lucros que refletem aproximadamente essa distribuição em 2022. Mas todas as redes de notícias a cabo enfrentam a mesma ameaça à receita de um mercado de TV linear em declínio devido ao envelhecimento do público e ao número cada vez menor de assinantes de TV a cabo, chamados de “cortadores de cabo”.

De acordo com Robert Thompson, professor emérito de Mídia da Universidade de Syracuse, o motivo de Murdoch para alterar o fundo da família é proteger o valor da Fox News e argumentar que modificar sua linha política comprometeria esse valor. “É um argumento inteligente”, diz Thompson. “A CNN tinha a torta inteira antes da chegada da Fox News e da MSNBC, na década de 1990, e a Fox logo descobriu que não precisava de 4 milhões de espectadores e que seria a número 1 com 1,5 milhão por noite.”

Isso significava descobrir como fazer uma certa fatia da população assistir não apenas às últimas notícias, o modelo da CNN, mas manter esses números altos com uma base de audiência pequena, mas dedicada. A MSNBC joga pelas mesmas regras, embora do outro lado do espectro político. “A mudança seria abandonar um modelo de sucesso por outro menos bem-sucedido”, diz Thompson.

Certamente, a luta entre um pai dominante, construtor de impérios, e sua prole dividida é um tema clássico da mídia. Basta olhar para o êxito de crítica e de público de *Succession*, que explorou exatamente esses temas por meio da família fictícia Roy. É também um caso clássico de uma discussão que só poderia acontecer com uma família bilionária. “Rupert Murdoch ganhou dinheiro suficiente para que seus filhos pudessem se revoltar confortavelmente contra ele”, diz Thompson. “Se você estiver completamente preparado em termos de estabilidade financeira, pode ter ideias além de simplesmente proteger o império, e não precisa do dr. Freud para lhe dizer que outros elementos entram em jogo além dos resultados financeiros.” Ele acrescenta: “É preciso ter muito privilégio para mandar o papai ‘dar um tempo’”. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Felipe Neto no divã

ENTREVISTA O youtuber revê a fama construída como propagador e depois vítima do ódio e lamenta críticas a sua presença na Flip

A ANA PAULA SCUSA

Aos 36 anos e com 80 milhões de seguidores entre Instagram, YouTube e TikTok, Felipe Neto não parece ter dúvida quanto a seu poder de influência. Pudera.

Seus vídeos têm 120 milhões de visualizações mensais e o livro que acabou de lançar foi a maior pré-venda da história da Amazon no Brasil e o maior lançamento da Bienal do Livro de São Paulo, encerrada no domingo 15.

Como *Vencer o Ódio – A Internet e a Luta Pela Democracia*, além disso, colocará Neto, que ficou famoso com vídeos de entretenimento voltados ao público jovem, na Festa Literária de Paraty, em outubro.

No mesmo dia em que o YouTuber e empresário falou com *CartaCapital*, por Zoom, o jornal *O Globo* publicou uma reportagem na qual mostrava que o convite havia deixado parte do setor editorial de cabelos em pé, sobretudo por considerar que seu livro não é literatura. Na entrevista, ele se disse surpreso com os ataques.

E olha que, a ataques, ele está acostumado. São eles, inclusive, o principal fio condutor de sua narrativa. No livro, Neto percorre sua trajetória tendo, como bússola, o ódio. “A origem do meu sucesso como comunicador está atrelada ao ódio e não há nada que eu possa fazer para mudar isso. Além de ter criado ódio, eu também havia sofrido, e muito, com ele”, es-

creve, referindo-se à perseguição que sofreu da extrema-direita a partir de 2019.

Naquele momento, o jovem que atraía *haters* por atacar a saga *Crepúsculo* ou o cantor Justin Bieber, passou a ser ameaçado de morte – desde então, anda com guarda-costas. Entre aqueles que responderam a processos por disseminar notícias falsas a seu respeito estão o deputado federal Carlos Jordy, a atriz Antonia Fontenelle e o empresário Luciano Hang.

“Sentir ódio é muito mais fácil do que receber ódio”, escreve, em tom de autoanálise, esse hábil comunicador que, agora, reconta sua história em texto.



CartaCapital: Você está acostumado às multidões, mas como foi vivenciar esse lançamento na Bienal?

Felipe Neto: Tenho uma história forte com a Bienal porque, em 2019, o áquila época prefeito (do Rio de Janeiro) Marcelo Crivela tentou censurar obras LGBTQIA+ no evento. Compramos então 14 mil exemplares de obras com essa temática e distribuímos de graça na Bienal. Esse episódio acabou sendo definitivo na minha vida. Há um antes e um depois da Bienal de 2019. A partir desse dia, passo a ser um alvo muito maior da extrema-direita. Então, foi muito bom poder voltar a uma Bienal do Livro e encontrar aquele salão abarrotado. Eu sabia que tinham sido distribuídas 450 senhas, mas não que ia ter gente se juntando em todos os cantinhos pra conseguir enxergar de longe. Tenho muito orgulho de ter ajudado a Bienal em 2019, e agora foi a Bienal que me abraçou para ajudar a divulgar o livro.

CC: O episódio da Bienal do Rio, relatado no livro, aparece também em uma declaração do editor Cassiano Elk Machado, que, na reportagem de *O Globo*, usa essa história para defender sua presença na Flip. Como você recebeu essa reportagem?

FN: Dá uma tristeza. Porque essas porradas que saíram agora em relação à Flip não estão vindo da extrema-direita. Quan-



do surge uma porrada nova assim, eu penso: "Nossa, o que eu fiz pra essas pessoas?" Mas, de fato, acho que, nesse caso, sou uma sequela de algo. Há uma necessidade de representatividade, de ter autores que talvez precisem de mais força... Entendo de onde vem essa dor, embora não ache que eu não estar no evento favoreceria esse ambiente almejado. Minha presença se dá em função da obra escrita, e não apenas da minha popularidade. Vi pessoas dizendo que o livro foi escrito por um *ghost writer*, algo que considero até um elogio. Mas eu preferia que a pessoa lesse o livro e dissesse isso, achando que eu não seria capaz de escrevê-lo, do que presumisse isso de forma leviana. Também há, entre os críticos, pessoas que vêm do academicismo e tentam convencer os outros de que o certo é manter apenas as bolhas altamente intelectuais e não deixar entrar nada que seja popular. Acho que esse comportamento só afasta a população geral da literatura.

CC: Tem um momento no livro em que você cita que, quando era visto apenas como um youtuber ligado ao entretenimento, sentia certo preconceito dos jornalistas. Esse episódio indica que o preconceito ainda se mantém? Porque, pelo que você diz, ele o surpreendeu.

FN: Me surpreendeu porque achei que essa página já tinha sido virada. Houve mesmo um período em que os jornalistas tinham uma implicância muito grande com *youtubers* e as matérias a meu respeito eram muito negativas. Isso foi mudando, e hoje não tenho nenhuma reclamação em relação aos jornalistas. Mas nesse novo ambiente, o literário, estou vendo exatamente o mesmo comportamento. É uma pena. Li coisas ali que demonstram grande ignorância de pessoas que se consideram sábias, como alguém que disse que esse é um livro de aeroporto ou quem perguntou se iam convidar o *ghost writer*. Esse tipo de crítica debochada muitas vezes também vem de um lugar de frustração.



Midas. O livro do influencer e empresário foi a maior pré-venda da Amazon no Brasil

Lembra muito o *Não Faz Sentido*, programa de quando comecei no YouTube e era um ator fracassado que odiava as coisas que eu considerava ruins. Eu utilizava o ódio para criar conteúdo. Sinto que as pessoas que tecem comentários maldosos sobre a minha presença na Flip estão nessa mesma posição em que eu já estive, de frustração. Espero que essas pessoas estejam lá e me façam perguntas, e que elas leiam o livro, para criticar a partir do que está escrito.

CC: Você começa o livro descrevendo o momento em que a Polícia Civil chegou à sua casa, levando uma intimação para você ir à delegacia, e escreve: *Naquele noite, pouco dormi. Não por medo. De ódio. Você vem, nos últimos anos, resignificando o sentido do ódio, mas também da sua história, tanto que também pontua sua origem social: Eu já era adulto quando a rua em que cresci foi asfaltada e, volta e meia, faltava água. Que papel teve a escrita no seu processo de compreensão a respeito dessas coisas?*

FN: Em termos da minha vida pessoal, a escrita não teve papel crucial porque eu trato e tratei isso em terapia. Mas, nas partes em que revivo o que tive de passar no regime Bolsonaro, o livro serviu quase como um exorcismo. A cada página que ia deixando pra trás, eu sentia como se estivesse eliminando um demônio de dentro de mim. São histórias que não foram completamente contadas, que as pessoas não ficam sabendo dos detalhes, e isso causa uma angústia, porque quero que todo mundo saiba a verdade sobre as acusações absurdas, as associações criminosas que fizeram contra mim. Me sinto mais leve depois de ter escrito o livro. Espero que as pessoas, ao ler o livro, tenham uma compreensão maior sobre o próprio ódio e sobre o ódio digital.

CC: Como você define hoje o seu lugar no que você chama de "trincheira digital"? Como você lida com o limite entre o reagir e o agir com quem o ataca?

FN: O ódio é fluido, líquido, ele o permeia.



“Entendo que as pessoas que tecem comentários maldosos sobre minha presença na Flip estão na mesma posição em que já estive: de frustração”

Além de estar na pessoa que o ataca, ele está em você. Na situação em que estou, nessa trincheira, ir para o embate significa combater a extrema-direita de maneira contundente. Como falo no livro, enfrentar o ódio não é virar o Gandhi ou o Dalai Lama, mas táticas podem ser adotadas.

CC: Ao contar a história da sua família, com o tio antipetista e a mãe que você achava que, se não ganhava melhor, era por incapacidade, você parece explicar os nossos dramas políticos pela desigualdade e pela falta de oportunidades, que gera também frustrações. Você desejava transmitir essa mensagem?

FN: Eu desejava criar, pelo menos, uma



Metamorfoses. Da esq. para a dir., Felipe Neto na Bienal do Livro, em São Paulo, para lançar o livro; com a mãe, quando criança; e à frente de Não Faz Sentido, o programa que lançou no YouTube em 2010 e o tornou famoso

fagulha de interesse pelo assunto "diferença de classes". E tento mostrar como fui, ao longo da vida, percebendo o quanto a ideia de meritocracia não se sustentava. Percebi isso olhando para minha própria mãe, uma pessoa sábia que foi incapaz de enriquecer. O que um *coach* da extrema-direita ensina? Que para você ser bem-sucedido basta lutar por isso. Mas, se você fracassar, a culpa não vai ser sua, e sim do governo, dos impostos, da burocracia. Mas se alguém que você conhece fracassa, a culpa é da pessoa. Conforme comecei a ter um maior entendimento das questões de classe, fui tendendo para a esquerda.

CC: Como tem sido fazer parte do Conselho do governo Lula?

FN: Até agora, não tive muita participação. Já respondi algumas perguntas, mas gostaria de poder contribuir mais.

CC: Você já falou sobre o tema da regulação das big techs até na Unesco. Como você analisa o quadro de disputas regulatórias no Brasil?

FN: Tenho participado desse debate mais internacionalmente do que aqui. No Brasil, até por termos um Congresso extremamente conservador e reacionário, o debate não anda. Venho sendo chamado sistematicamente para participar de reuniões da ONU e da Unesco sobre regu-

lação das big techs, mas aqui parece não haver espaço para se falar sobre isso. A população foi convencida de que um Projeto de Lei que tente regular as big techs é um projeto de censura. Mas, na verdade, é só por meio da regulação que se consegue impedir que um ministro do STF tenha tantos poderes na hora de tomar uma decisão relativa a uma plataforma ou a um perfil. Sob a ótica da direita, se eles querem tanto enfrentar esse poder do Alexandre de Moraes, eles que lutem por uma regulamentação. Só assim se estabelece o rito processual. Enquanto as pessoas não entenderem isso, o debate vai continuar paralisado e a gente não vai acompanhar o resto do mundo. A União Europeia já aprovou seu sistema regulatório – e o X está, inclusive, tendo de dar respostas sobre o cumprimento da lei. Aqui, para tratar do X, a gente teve que recorrer a uma lei analógica.

CC: Por que criou um Clube do Livro?

FN: Para fomentar a leitura no Brasil. A leitura é fundamental para a independência de um povo e o Brasil, infelizmente, lê pouco. A leitura mudou minha vida. Lemos, até agora, *Fahrenheit 451* e *Corpos Secos*, que explodiu em vendas. Isso me orgulha: vender livros. E não ganho nada com a venda. O que a pessoa pode é tornar-se assinante e ir desbloqueando conteúdos conforme lê. A leitura de outubro será meu livro, mas, até agora, só tivemos ficções. A ficção é a arma mais poderosa do mundo contra a visão única. Só através dela a gente consegue criar um mundo. •



Isabelle Huppert, a imparável

TheObserver Presidente do júri no último Festival de Cinema de Veneza e com seis filmes rodados entre 2023 e 2024, a atriz, aos 71 anos, nem cogita desacelerar

POR SARAH CROMPTON

Presidente do Júri do último Festival de Veneza, encerrado dia 7 deste mês, Isabelle Huppert é uma força da natureza que se divide entre cidades, filmes e palcos de teatro.

No cinema, em cinco anos, ela interpretou, entre outros papéis, a esnobe governanta de uma casa de moda em *Mrs. Harris Goes to Paris*; uma líder sindical que é estuprada e em quem ninguém acredita em *A Sindicalista*; e uma excêntrica estrela do cinema mudo com peruca vermelha na comédia *O Crime é Meu*, de François Ozon.

Ao longo da carreira, de acordo com o site IMDb, bíblia da indústria cinematográfica, foram 154 filmes. Apenas entre 2023 e 2024, foram seis – sem contar os já rodados e ainda não concluídos. Um desses

Introspecção. Em *Sidonie no Japão*, que estreou esta semana nas salas brasileiras, ela vive uma escritora em luto

trabalhos dos últimos dois anos é *Sidonie no Japão*, de Elise Girard, em que vive uma escritora francesa que vai ao Japão participar da reedição de seu primeiro livro enquanto vivencia o luto pelo marido. O filme estreou no Brasil na quinta-feira 19.

No primeiro semestre deste ano, ela rodou seu segundo filme com a diretora francesa Patricia Mazuy, *Les prisonnières*, no qual interpreta a esposa suburbana de um prisioneiro condenado. E foi ainda vista, no Festival de cinema de Berlim, em fevereiro, em *A Traveler's Needs*, seu terceiro trabalho com o inovador diretor coreano Hong Sang-soo.

O filme ganhou o Urso de Prata em Berlim. "Ele é tão especial", diz Huppert, sobre a estética crua de Sang-soo. "Os dois últimos filmes que fizemos tinham, talvez, seis ou sete pessoas na equipe. Agora são três. Ele faz tudo sozinho – câmera, iluminação. Para mim, é como um pequeno gênio. A linguagem de seus filmes é tão sofisticada, tão inteligente. É tudo muito trabalhado, nada improvisado. Você ensaia, pensa e faz o filme em dez dias."

Poucos meses depois, ela estrearia em Londres o monólogo *Mary Said What She Said*, um extraordinário retrato solo de Mary Stuart, rainha da Escócia, escrito por Darryl Pinckney e dirigido pelo veterano experimentalista americano Robert Wilson.

Sozinha no palco durante 90 minutos, ela executou, nesse espetáculo, algo entre um rito e uma elaborada dança cortês, com movimentos estilizados e repetitivos e momentos de imobilidade acompanhados pelo roteiro poético de Pinckney, que lança um feitiço sobre o público.

"Estou sozinha, mas não estou só por-

que estou mental, emocional e espiritualmente muito cercada, por causa de todas as pessoas com quem estou falando", disse, sobre a peça. "Além disso, tenho muito o que fazer – a dança, os diferentes níveis de voz. Isso me mantém muito ocupada."

É assim que Huppert opera. Seja no cinema ou no palco, ela encontra um diretor que admira e confia e então se coloca totalmente a serviço dele. Ela entra em um quadro definido por outra pessoa e se esvazia nele. "Existem tantos limites e não há limite", diz. "É uma sensação muito, muito estranha. Cada trabalho e cada diretor tem seu próprio universo. Eu faço isso, mas sempre consigo fazer algo diferente."

Isabelle reluta em recusar qualquer coisa. Até mesmo a Marvel?, pergunto. Ela sorri largamente: "Eu adoraria! Adoraria fazer um filme de gênero. Deve ser legal fazer a vilã – uma vilã de verdade, não a vilã da maioria dos filmes que eu faço, que tem um bom motivo para ser uma vilã. Nunca consigo interpretar uma vilã pura".

É essa disposição para experimentar qualquer coisa que torna a carreira de Isabelle tão incrivelmente variada. Isso, e também sua carga de trabalho constante, da qual zombou num episódio da série *Dix Pour Cent*, da Netflix, que se passa em uma agência de talentos francesa.

Em sua participação especial, ela aparece fazendo um filme americano durante o dia e um drama histórico francês à noite, enquanto encaixa entrevistas. "Foi um pouco exagerado", diz, levantando as

sobrancelhas. "Com minha cumplicidade. Foi muito mais engraçado fazê-lo pior do que é. Mesmo que às vezes também seja verdade." E ri de novo.

Aos 71 anos, ela não dá sinais de desacelerar. Não é apenas a carga de trabalho que é tão notável, mas sua atitude. Charles Chemin, diretor associado de *Mary Said What She Said*, acha que seu comprometimento envergonha muitos atores mais jovens. "Isabelle é implacável. Ela não desiste; vai até o fundo. Ela tem tanta abertura mental e liberdade! É incrível trabalhar com alguém com esse tipo de aura e fama, mas que dá tanto com tanta precisão durante tantas horas."

"Não tenho certeza se sinto que estou trabalhando, esse é o ponto", diz. "Claro, é trabalho. Mas trabalho é algo muito diferente para muitas pessoas. Às vezes, infelizmente, trabalho pode ser sobrevivência, pode ser difícil. Você pode passar a vida fazendo algo de que realmente não gosta, e acho que, nesse caso, uma parte do seu cérebro pode concentrar-se em outra coisa. Tenho o imenso privilégio de fazer o que amo. Por isso, não posso realmente chamar de trabalho. É outra coisa."

É claro que seu trabalho e sua vida se confundem. Ela nunca fala sobre a família, mas está com seu parceiro, o diretor e produtor Ronald Chammah, há 40 anos. Sua filha, Lolita, é uma atriz que já apareceu na tela ao lado dela. Um filho, Lorenzo, dirige um cinema de arte em Paris e o outro, Angelo, está dando os primeiros passos na produção. Quando Isabelle não está trabalhando, geralmente está assistindo a peças de teatro e espetáculos de dança.

Quando pergunto o que faz para relaxar, ela parece não entender bem o que quer dizer. "Nunca vi a vida como um momento em que você relaxa e um momento em que você não relaxa. Às vezes você não faz nada e não é muito relaxante. Às vezes, você trabalha muito e é relaxante."

"Tenho o imenso privilégio de fazer o que amo. Por isso, não posso realmente chamar de trabalho. É outra coisa"

Papéis. Sob a direção de Michael Haneke, em *A Professora de Piano*, e de Paul Verhoeven, em *Elle*, viveu algumas de suas personagens mais complexas

As mulheres que Huppert interpreta no palco e na tela podem ser variadas, mas raramente carecem de força. Ela é a negação ambulante do teste de Bechdel, que julga se as mulheres no cinema, no teatro ou na ficção parecem falar só sobre homens. Isabelle é atraída pelo complexo, pelo poderoso e pelo difícil.

E isso se vê em sua *Madame Bovary*, de Flaubert, na versão de Claude Chabrol; na mulher com fantasias sadomasoquistas em *A Professora de Piano*, de Michael Haneke; ou na sobrevivente de estupro que busca vingança em *Elle*, de Paul Verhoeven, papel que lhe rendeu uma indicação ao Oscar.

"Desde o começo, foi uma escolha consciente", diz. "Ao mesmo tempo, não tive escolha, porque nunca me pediram para ser a mulher sentada atrás do homem, a mulher que dá valor ao homem. Você tem que ser um certo tipo de mulher para fazer esses papéis. Esse nunca foi o meu caso, então, de certa forma, o único lugar que eu poderia assumir era o lugar principal. O que foi bom."

Sua contribuição ao feminismo parece ser algo mais individual que coletivo, e tem a ver com as mulheres que representa. Um exemplo disso é seu recente papel em *A Sindicalista*, baseado na história real de Maureen Kearney, líder sindical acusada de mentir sobre ter sido agredida sexualmente após ter chamado a atenção para o envolvimento da China na indústria nuclear francesa.

No filme, parte do problema de Maureen é que ela não se comporta da maneira que se espera das mulheres após serem atacadas, e Isabelle lhe confere uma dignidade impressionante e silenciosa. A capacidade de sugerir senti-



mentos sob uma superfície enigmática é uma das qualidades que tornam suas atuações tão assombrosas.

Sugiro que ela deve ser corajosa para abordar tais representações de violência sexual e brutalidade, como fez em *A Sindicalista* e *Elle*. "Nunca acho que estou fazendo algo destemidamente", ela responde. "Ou que isso exija um certo nível de ansiedade. "Eu, em geral, confio no cinema e nos diretores. Isso me dá proteção contra tudo, a afasta do medo."

Nasequência, cita os cineastas Michael Haneke e Paul Verhoeven. "Quando faço um filme com diretores como eles, sinto-me completamente segura. Sei exatamente o que estou fazendo", pontua. "Como espectadora, posso imaginar que as pessoas pensem que os atores estão particularmente expostos porque é disso que o filme trata. Mas isso é o filme. Não sou eu fazendo o filme." ■

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

Raça, gênero e literatura

LIVRO EM UM CONJUNTO DE TEXTOS ESCRITOS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS, CHRISTINA SHARPE, NASCIDA NOS EUA E RADICADA NO CANADÁ, DISCUTE O QUE É SER NEGRA ATUALMENTE

POR ALYSSON OLIVEIRA

Christina Sharpe começa seu *Notas Ordinárias* com uma epígrafe de Toni Morrison. Nada mais oportuno. Afinal de contas, a Nobel estadunidense não apenas será novamente mencionada diversas vezes nas 500 páginas do livro, como servirá de referência para discussões que a autora levantará em suas notas.

Construído de forma caleidoscópica, o livro traz pensamentos sobre raça e gênero que Christina assenta no mundo real. Nascida na Pensilvânia, e radicada no Canadá, onde é professora, a autora mergulha e mapeia o que é ser uma negra no seu país-natal nos dias de hoje. Transtando entre a denúncia e a ironia, ela vai da herança escravocrata ao Black Lives Matters, passando por pequenas histórias do dia a dia.

Ao longo dos 248 textos, Christina fala, na maior parte das vezes, a partir de suas experiências como uma mulher negra e homossexual – como Morrison, aliás. Seu objetivo é, por meio das próprias vivências, atingir o coletivo, mas, é claro, sem deixar de lado as especificidades individuais.

"Parte do trabalho da supre-

macia branca e da antinegatividade é nos atolar nas mesmas conversas, nas mesmas conjunturas, em referência às nossas vidas; as mesmas vidas que tais forças tentam controlar, ocupar, possuir, usar e, por fim, destruir", escreve.

A tradutora Jess Oliveira, além de verter o texto do inglês para o português, fez



Racismo. A autora busca a dimensão política de sua vivência



NOTAS ORDINÁRIAS

Christina Sharpe. Tradução: Jess Oliveira. Editora Fósforo (480 págs., 109,90 reais)

notas de rodapé e comentários que enriquecem a leitura que, por si, já nos induziria a pesquisar sobre pessoas e lugares evocados no texto.

A prosa hipnótica é fruto da facilidade que a autora tem em encontrar o tom para narrar a experiência identitária negra em países como o Canadá e os Estados Unidos, extraindo, do próprio cotidiano, a dimensão política daquilo que retrata.

E isso pode acontecer tanto na visita a um museu quanto no resgate da história de Emmett Louis Till, morto por linchamento em 1955. Ou ainda no relato da opção de sua mãe, Mamie Carthan Till-Mobley, por fazer um velório com caixão aberto para que todo mundo visse o rosto de seu filho brutalmente desfigurado.

Notas Ordinárias é uma leitura que joga luz sobre questões urgentes do presente, iluminando discussões e levantando questões falsamente superadas. Que Sharpe faça tudo isso com qualidades literárias torna o livro ainda mais precioso. •

AFONSIÑO *Entre em nosso grupo no Telegram: t.me/CLUBEDEREVISTAS*

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Todos exaustos

► Os abusos no calendário do futebol começam a gerar reações mais fortes entre técnicos e jogadores, com possibilidades até de greve

Começam agora as fases decisivas dos campeonatos, copas e torneios por aqui enquanto, do lado de lá do Oceano Atlântico, a Champions League ensaia os primeiros passos com algumas mudanças e, ao mesmo tempo, os campeonatos nacionais vão aquecendo.

A Sul-Americana entrou nas quartas de final e a Libertadores vai se afunilando também.

O nosso principal campeonato interno, o Brasileiro, esquenta cada vez mais, apesar do criticado nível técnico destes tempos – que são a nossa dura realidade.

Surge daí a discussão frequente entre os que defendem uma Seleção com maioria de jogadores que atuam no Brasil e aqueles que não abrem mão dos “estrangeiros” mais bem cotados.

É, sem dúvida, bastante difícil a missão de colocar nos trlhos o futebol brasileiro e nossa Seleção.

Seria necessária uma direção administrativa de grande capacidade para botar a casa em ordem.

A série D já entra nas finais com a disputa entre Anápolis e Retrô pelo título e o acesso a outra série. A partir daí, o gargalo se estreita para os grandes

vencedores e para os times que lutam para não cair em todas as séries.

Na série C, prensada entre a última e a penúltima, a resistência dos clubes é heroica. Eles tentam a todo custo a sobrevivência no futebol brasileiro.

A série B, com a disputa para o acesso à divisão principal, fica cada vez mais difícil em decorrência da queda de equipes tradicionais que, ao cair, veem seu retorno se tornar cada vez mais complicado.

Na série A, o Internacional de Porto Alegre não só teve uma ascensão nos resultados na tabela de classificação como, no gramado, vem apresentando um futebol surpreendente em sua qualidade técnica – principalmente pela sintonia fina entre os jogadores.

Acima de tudo, o futebol que vem apresentando o “colorado” mostra-se distinto daquele da maioria dos times atuais, marcados pela força e pela correria – tudo isso sob o pretexto da “intensidade”, palavra de ordem do momento e, a meu ver, uma enganação.

No Internacional, vemos um entrosamento apurado nas tabelinhas, expressado pelo próprio treinador, Roger Machado, como sinal de uma equipe de “grande amadurecimento”.

Não sei se isso se deve apenas a ele, mas o fato é que o técnico tem demonstrado muito tato e merece maior reconhecimento.

O Inter parece ter acertado a mão depois de, seguindo a onda atual, ter apostado em alguns “gringos”.

Trata-se de uma mudança radical na escolha da forma de jogar. A opção não é nem aquela pelos passes curtos em todos os espaços do campo nem a de privilegiar a prevalência do preparo físico. A op-

ção pela simplicidade e pela objetividade.

Mas a discussão mais interessante e aguda do momento é mesmo a situação dos calendários, que explode em todos os cantos.

Desta vez, aqui no Brasil, o “estribo” veio nas palavras do Abel Ferreira em sua entrevista depois da goleada contundente de 5x0 sobre o Criciúma.

O técnico do Palmeiras destacou a importância dos dias de descanso depois da desclassificação do Palmeiras na Copa do Brasil e Libertadores.

A recuperação emocional “é uma coisa que o futebol brasileiro não dá a ninguém”. Abel ressaltou o quão fundamental é a recuperação mental, além da condição física.

E podemos entender sua manifestação como uma bronca em nível mundial.

Já citamos aqui neste espaço o alerta feito por Carlo Ancelotti, do Real Madrid, o maior dos treinadores.

Ancelotti afirmou dar férias intertemporadas para seus atletas em razão de eles não suportarem a sequência de jogos e viagens.

Insolana Europa, no Real Madrid nas melhores condições possíveis. Imagina aqui.

É hora de se juntarem as lideranças de jogadores, treinadores, profissionais da saúde e demais interessados num movimento comum que se oponha a esse verdadeiro massacre do esporte profissional.

Foi, portanto, muito bem-vinda a declaração do presidente da LaLiga, Javier Tebas, de que apoiava as críticas de Rodri, do City, sobre o número excessivo de partidas do calendário europeu.

O dirigente, inclusive, se posicionou a favor de uma possível greve dos jogadores em busca por um calendário menos insano.

Vale, aqui, repetir a fala do João Saldanha: “Vão acabar matando a galinha dos ovos de ouro”.

redacao@cartacapital.com.br

Oncologista dedicado a estudos e cuidados de tumores torácicos, é cirurgião nos hospitais Sírio-Libanês e Oswaldo Cruz e professor livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP



Toxicidade financeira

► O desespero e a sensação de urgência levam os pacientes a comprometer parte importante de suas rendas no tratamento do câncer

Ter câncer, ou até a perspectiva de um câncer, já seriam motivos suficientes para *stress*, dúvidas e ansiedade em qualquer paciente e seus familiares.

As incertezas quanto ao diagnóstico, ao estágio e à extensão da doença; a possibilidade de tratamento curativo ou controle eficiente; e à evolução e às chances de viver, bem ou mal, por meses ou anos após o diagnóstico, tiram o sono de todos os envolvidos.

A preocupação se concentra, na maior parte do tempo, no tipo de tratamento, em seus efeitos colaterais e nas complicações possíveis, e nas chances de resolver o problema por completo. Infelizmente, as dúvidas não param por aí.

À medida que o manejo dos pacientes avança, aparecem efeitos colaterais que não atingem o corpo diretamente: as toxicidades financeiras.

Vários estudos mostram que, em países em desenvolvimento como o Brasil, pacientes com câncer, e/ou seus familiares, chegam a gastar entre 20% (os mais ricos) a 80% (os mais pobres) de seus ganhos mensais nos cuidados médicos e paramédicos.

Mas, diria você, o cuidado médico de doenças malignas no Brasil não é coberto pelo SUS ou por seguros privados de

saúde? De certa forma sim, mas o custo financeiro cresce rapidamente: somente na fase do diagnóstico, estima-se que os pacientes gastem do bolso, sejam eles atendidos pelo SUS ou por convênios, entre 300 reais e 3 mil, respectivamente.

Como? Primeiro, os pacientes com a dúvida do diagnóstico, recorrem a sistema médico privado para “acelerar e confirmar” a identificação do eventual câncer, pagando transporte, consultas ou exames específicos que geralmente demoram – tanto no SUS quanto nos convênios.

O desespero e a sensação de urgência – geralmente exagerados – fazem os pacientes gastarem mais. Feito o diagnóstico, a maioria gostaria de iniciar o mais rápido possível o tratamento apropriado. Novamente, SUS e convênios não compartilham a pressa e a ansiedade dos doentes. Surgem, assim, mais gastos para iniciar logo o tratamento, esperando liberação e autorização dos sistemas de saúde público e privado.

Mesmo quando autorizados e cobertos, os pacientes quase sempre arcam com algumas drogas anticâncer, além da maioria dos medicamentos e dos tratamentos auxiliares: compra de remédios para controle de sintomas (dor, náusea, diarreia, fisioterapia etc.), transporte para e de locais de consultas e de terapia, além de alojamento quando o cuidado está disponível longe de domicílio.

A perda de dias de trabalho e a baixa produtividade decorrente de terapias ou efeitos colaterais e complicações impactam a renda pessoal e familiar. Estes custos, diretos e indiretos, atualmente identificados como toxicidade financeira, impactam significativamente a

vida dos pacientes e de seus familiares.

Há o risco de perda total de todas as economias da pessoa ou da família, ou da perda de emprego ou falência de seus negócios. Isso preocupa os doentes não apenas em relação à sustentabilidade destes gastos por muito tempo – o tratamento de câncer leva, geralmente, meses – mas também no que diz respeito à proteção de sua família do ponto de vista financeiro.

Os doentes, afinal de contas, têm clara percepção do risco de vir faltar, em futuro não muito distante, a seus parceiros ou dependentes, com a consequência estressante de dificuldades financeiras futuras.

Muitas vezes, estas preocupações acabam levando a uma pior qualidade de vida, com limitação voluntária dos gastos, e até a redução de chances de cura ou de sobrevida prolongada.

A sociedade, e principalmente os médicos, devem ficar atentos a estes fatos.

Infelizmente, a maioria dos médicos não fornece a seus pacientes informações detalhadas a respeito destes custos extras, por desconhecimento, desinteresse, dificuldade de discutir tópicos fora da terapia em questão, ou até falta de tempo.

Assim, acabam tirando dos doentes as chances de optarem por este ou aquele tratamento, levando-se em conta não apenas as chances de cura ou controle da doença (expostos em porcentagem acima ou abaixo desta ou daquela estratégia terapêutica), mas também o peso sobre bolsos e suas economias.

Os doentes não têm outra fonte confiável para estas informações além de seus médicos. E nós, como profissionais da saúde, não temos o direito de continuar falhando grosseiramente nesta tarefa. ■

redacao@cartacapital.com.br

CRISE DE REPRESENTAÇÃO

ZEROS À ESQUERDA!



CartaCapital

Tudo o que importa para quem se importa

No Dia da Democracia, celebramos não apenas o direito de expressar nossas opiniões, mas também a responsabilidade de buscar a verdade.

A CartaCapital está ao seu lado nesse compromisso, oferecendo a profundidade e a provocação que você precisa para estar verdadeiramente informado.

Porque para fortalecer a democracia, é preciso saber.
E para saber, é preciso confiar.

Leia a *CartaCapital* e esteja informado sobre tudo que realmente importa.

Escaneie o
QRCODE e tenha
acesso a um
jornalismo crítico
e transparente
desde 1994.

CartaCapital *Impressa + Digital*

- ✓ Tenha acesso digital ilimitado ao site, incluindo nossa edição semanal
- ✓ Receba newsletters exclusivas
- ✓ Comente artigos e reportagens
- ✓ Lives exclusivas
- ✓ CANCELE QUANDO QUISER



**Assine
agora!**

**A Fenaé está há mais de
cinco décadas ao lado do
empregado da Caixa.**

**Acompanhamos as lutas e
caminhamos juntos em defesa
dos bancários da Caixa.**

**Defendemos a Caixa pública,
forte e social para um Brasil
melhor.**



FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



Conheça mais sobre a
Fenaé, aponte a câmera do
seu celular para o QR Code.

Acesse e saiba mais::



[/fenaefederacao](https://www.facebook.com/fenaefederacao)



[@fenaefederacao](https://www.instagram.com/fenaefederacao)



www.fenae.org.br



[/company/fenae-federacao](https://www.linkedin.com/company/fenae-federacao)



(61) 98142 8428

CLUBE DE

REVISTAS



Entre em nosso grupo no Telegram t.me/clubederevistas

Clique aqui!

Tenha acesso as principais revistas do Brasil de forma gratuita!